

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	59
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	60
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	62
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	320.965
Preferenciais	0
Total	320.965
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	911.729	854.942
1.01	Ativo Circulante	141.423	130.372
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.710	2.478
1.01.02	Aplicações Financeiras	21.809	17.510
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	21.809	17.510
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	21.809	17.510
1.01.03	Contas a Receber	93.136	87.245
1.01.03.01	Clientes	93.136	87.245
1.01.03.01.01	Contas a Receber e Fornec. a Faturar	112.671	102.357
1.01.03.01.02	Provisão Para Perdas (Lei 9.430/96)	-13.547	-11.928
1.01.03.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	-5.988	-3.184
1.01.04	Estoques	9.995	9.909
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.771	7.648
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.771	7.648
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.939	4.644
1.01.07.01	Antecipações Salariais	4.504	4.294
1.01.07.02	Despesas Antecipadas	435	350
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	63	938
1.01.08.03	Outros	63	938
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	63	938
1.02	Ativo Não Circulante	770.306	724.570
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	62.797	71.664
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	6.271	5.642
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	6.271	5.642
1.02.01.03	Contas a Receber	35.769	48.403
1.02.01.03.01	Clientes	35.769	48.403
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.166	6.680
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.166	6.680
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	4
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	0	4
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	13.591	10.935
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	13.361	10.715
1.02.01.09.04	FGTD não Optantes	230	220
1.02.02	Investimentos	240	233
1.02.02.01	Participações Societárias	240	233
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	240	233
1.02.03	Imobilizado	703.390	648.309
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	428.943	425.724
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	60.282	64.500
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	214.165	158.085
1.02.04	Intangível	3.879	4.364
1.02.04.01	Intangíveis	3.879	4.364

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	911.729	854.942
2.01	Passivo Circulante	107.860	109.291
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.424	18.128
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.679	4.362
2.01.01.01.01	INSS	3.653	3.428
2.01.01.01.02	FGTS	1.026	934
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14.745	13.766
2.01.01.02.01	Salários e Ordenados	187	202
2.01.01.02.02	Férias	14.558	13.564
2.01.02	Fornecedores	24.305	29.160
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.305	29.160
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.971	14.836
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.319	13.932
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.135	3.607
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	2.263	1.985
2.01.03.01.03	Cofins	6.823	6.376
2.01.03.01.04	Pasep	1.480	1.384
2.01.03.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Parcelados	386	374
2.01.03.01.06	Cofins S/ Terceiros	150	133
2.01.03.01.07	Pis S/ Terceiros	32	29
2.01.03.01.08	Contribuição Social S/ Terceiros	50	44
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	652	904
2.01.03.03.02	FUNDAP	417	394
2.01.03.03.03	ISS S/ Terceiros	235	510
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	34.583	34.514
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	33.404	33.455
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	33.404	33.455
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.179	1.059
2.01.05	Outras Obrigações	5.400	5.760
2.01.05.02	Outros	5.400	5.760
2.01.05.02.04	Títulos a Pagar - Irmandade	1.388	1.335
2.01.05.02.05	Adiantamento de Receita	1.131	875
2.01.05.02.06	Consignados a Recolher	1.001	957
2.01.05.02.07	Cauções e Valores em Garantia	231	221
2.01.05.02.08	Retenções Processos Trabalhistas	310	281
2.01.05.02.09	Fundo de Arrecadação Auxílio Deficiente	249	221
2.01.05.02.10	Subvenções Governamentais	733	688
2.01.05.02.11	Outras Contas a Pagar	357	1.182
2.01.06	Provisões	8.177	6.893
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.177	6.893
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	8.177	6.893
2.02	Passivo Não Circulante	443.379	421.050
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	249.388	276.685
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	191.695	217.814
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	191.695	217.814

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	57.693	58.871
2.02.02	Outras Obrigações	15.665	18.894
2.02.02.02	Outros	15.665	18.894
2.02.02.02.03	Títulos a Pagar	11.333	12.236
2.02.02.02.04	Tributos parcelados	3.748	5.582
2.02.02.02.05	Fornecedor	0	506
2.02.02.02.06	Depósitos Judicial - Autuação INSS	354	349
2.02.02.02.07	FGTS não Optantes	230	221
2.02.04	Provisões	71.338	62.119
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	71.338	62.119
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	971	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.344	2.156
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	65.580	59.520
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	443	443
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	106.988	63.352
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	106.988	63.352
2.02.06.03.01	Subvenções Governamentais	106.988	63.352
2.03	Patrimônio Líquido	360.490	324.601
2.03.01	Capital Social Realizado	320.965	316.008
2.03.02	Reservas de Capital	4.563	4.773
2.03.02.07	Correção Monetária Especial	1.785	1.995
2.03.02.08	Doações e Subvenções	2.778	2.778
2.03.04	Reservas de Lucros	34.962	3.820
2.03.04.01	Reserva Legal	2.659	2.915
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	31.267	649
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.036	256

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	478.483	461.596
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-268.571	-258.045
3.03	Resultado Bruto	209.912	203.551
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-118.433	-104.939
3.04.01	Despesas com Vendas	-47.778	-38.901
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-79.674	-74.369
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.054	8.578
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-35	-247
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	91.479	98.612
3.06	Resultado Financeiro	-33.164	-37.798
3.06.01	Receitas Financeiras	10.776	21.156
3.06.02	Despesas Financeiras	-43.940	-58.954
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	58.315	60.814
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.102	-2.257
3.08.01	Corrente	-4.588	-3.371
3.08.02	Diferido	486	1.114
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	54.213	58.557
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	54.213	58.557
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,1698	0,1886
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,1698	0,1886

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	54.213	58.557
4.03	Resultado Abrangente do Período	54.213	58.557

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	100.946	90.525
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	150.496	141.399
6.01.01.01	Lucro líquido antes do IR e CSLL	58.316	60.814
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	33.433	31.497
6.01.01.03	Custos das baixas do ativo permanente	35	313
6.01.01.04	Provisão perdas realização de créditos	8.239	5.523
6.01.01.05	Provisão créditos liquidação duvidosa	2.804	644
6.01.01.06	IR e CSLL diferidos, líquidos	-486	10.080
6.01.01.08	Juros sobre financiamentos	36.068	29.416
6.01.01.09	Encargos Financeiros antecipados	2.484	-6.412
6.01.01.10	Juros s/tributos parcelados-Longo Prazo	389	632
6.01.01.11	Variações monetárias s/financiamentos	6.054	5.796
6.01.01.12	Var. moentárias juros s/capital próprio	0	928
6.01.01.13	Provisões para contingências	3.160	2.168
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-49.550	-50.874
6.01.02.01	Contas receber e fornecimentos a faturar	-3.425	-18.394
6.01.02.02	Estoques	-86	-1.023
6.01.02.03	Contas a pagar fornecedores	-6.214	5.752
6.01.02.04	Contas a pagar empregados	6.000	2.134
6.01.02.05	Receitas (Despesas) antecipadas	174	-154
6.01.02.06	Juros pagos	-40.057	-32.399
6.01.02.07	Pagto./Restituição de IRPJ ou CSLL	-5.313	-6.745
6.01.02.08	Depósitos vinculados	-629	-45
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-88.069	-98.307
6.02.02	Compra de ativo imobilizado	-88.069	-98.307
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.346	18.858
6.03.01	Financiamentos obtidos	3.239	104.916
6.03.02	Arrendamento mercantil	0	113
6.03.03	Pagamento de dividendos	-19.251	-13.641
6.03.04	Amortização e financiamentos	-32.249	-105.357
6.03.05	Pagamento arrendamentos financeiros	-2.765	-4.367
6.03.07	Subvenções Governamentais	43.680	37.194
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.531	11.076
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.988	8.912
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.519	19.988

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	316.008	4.773	3.820	0	0	324.601
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	316.008	4.773	3.820	0	0	324.601
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	54.213	0	54.213
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	54.213	0	54.213
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	4.957	-210	31.142	-54.213	0	-18.324
5.06.04	Incentivos Governamentais	0	0	1.036	-1.036	0	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	2.659	-2.659	0	0
5.06.06	Dividendos Mínimos Obrigatórios	0	0	0	-3.031	0	-3.031
5.06.07	Dividendos Adicionais	0	0	0	-16.220	0	-16.220
5.06.08	Reserva de Lucro para Investimentos	0	0	31.267	-31.267	0	0
5.06.09	Capitalização de Reservas	4.030	-210	-3.820	0	0	0
5.06.10	Capitalização Partes Relacionadas	927	0	0	0	0	927
5.07	Saldos Finais	320.965	4.563	34.962	0	0	360.490

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	299.221	5.006	17.017	-42.947	0	278.297
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	299.221	5.006	17.017	-42.947	0	278.297
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.557	0	58.557
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	58.557	0	58.557
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	16.787	-233	-13.197	-15.610	0	-12.253
5.06.04	Incentivos Governamentais	0	0	256	-256	0	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	2.915	-2.915	0	0
5.06.06	Dividendos Mínimos Obrigatórios (Pagos)	0	0	0	-3.325	0	-3.325
5.06.07	Dividendos Adicionais	0	0	0	-8.862	0	-8.862
5.06.08	Reserva de Lucros para Investimentos	0	0	252	-252	0	0
5.06.09	Capitalização de Reservas	16.787	-233	-16.620	0	0	-66
5.07	Saldos Finais	316.008	4.773	3.820	0	0	324.601

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	506.772	491.659
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	457.919	435.942
7.01.02	Outras Receitas	50.045	53.650
7.01.02.01	Prestação de Serviços	34.868	37.553
7.01.02.02	Redes de Água e Esgoto	6.160	7.768
7.01.02.03	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	9.017	8.329
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	9.890	8.234
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-11.082	-6.167
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-148.266	-144.982
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-92.095	-92.713
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-40.678	-39.916
7.02.04	Outros	-15.493	-12.353
7.02.04.01	Materiais Químicos	-15.493	-12.353
7.03	Valor Adicionado Bruto	358.506	346.677
7.04	Retenções	-33.433	-31.497
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.433	-31.497
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	325.073	315.180
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.776	21.156
7.06.03	Outros	10.776	21.156
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	335.849	336.336
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	335.849	336.336
7.08.01	Pessoal	164.836	149.838
7.08.01.01	Remuneração Direta	114.911	104.780
7.08.01.02	Benefícios	41.281	37.424
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.644	7.634
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	59.661	56.019
7.08.02.01	Federais	55.959	51.058
7.08.02.02	Estaduais	1.171	2.638
7.08.02.03	Municipais	2.531	2.323
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	57.139	71.922
7.08.03.01	Juros	35.157	35.138
7.08.03.02	Aluguéis	13.199	12.968
7.08.03.03	Outras	8.783	23.816
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	54.213	58.557
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	54.213	58.557

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA) submete à apreciação dos seus acionistas o Relatório da Administração e suas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2011, juntamente com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A SANASA fechou o ano de 2011 com importantes resultados técnicos, administrativos e financeiros. As ações e os números apresentados no Relatório da Administração demonstram o acerto do planejamento que vem sendo adotado, sempre com o objetivo de garantir a qualidade de seus serviços.

Hoje, a tendência crescente dos administradores é no sentido de que êxito empresarial significa, além de resultado econômico-financeiro, adoção de uma gestão comprometida com ações que preservem o meio ambiente, a cultura, respeite a diversidade, promova a sustentabilidade e a redução das desigualdades sociais.

E a SANASA, empresa que participa ativamente da vida de toda uma cidade, não poderia deixar de estabelecer programas e pensar em metas sempre com o objetivo de melhor atender a população de Campinas com relação ao saneamento básico.

O trabalho realizado pela SANASA prova a competência da Empresa e apresenta importantes conquistas como o avanço rumo aos 100% de tratamento de esgoto e a manutenção de um dos menores índices de perdas de água verificados no Brasil.

Vale ressaltar que nada seria possível sem o comprometimento de toda a equipe de colaboradores na busca da excelência com sustentabilidade.

Marco Antônio dos Santos
Presidente da SANASA

1 – CENÁRIO MACROECONÔMICO

A política monetária mais restritiva, aliada ao cenário externo adverso, fez com que a economia brasileira desacelerasse no ano de 2011. O crescimento do PIB brasileiro foi inferior a 3%, frente a uma taxa de crescimento de 7,5% verificada no ano anterior.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estimado pelo IBGE, fechou o ano em 6,50%, resultado 0,59% acima do índice de 2010. O Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), estimado pela FGV, acumulou 5,10% no ano. Diante das pressões inflacionárias de 2011, o Banco Central do Brasil aplicou medidas prudenciais preventivas com o intuito de conter a expansão do crédito. Assim, a taxa básica de juros (Selic) acumulada no ano, de 11,62%, superou a de 2010, que foi de 9,74%.

O setor industrial foi um dos mais afetados negativamente, que depois de crescer 10,5% em 2010, registrou um avanço de apenas 0,3% em 2011. Já o setor de serviços, que engloba a atividade de saneamento, também arrefeceu seu dinamismo, com taxa de crescimento de cerca de 3% em 2011, inferior à verificada no ano de 2010, que foi de 5,5%.

2 – PERFIL DA COMPANHIA

Universalizar o acesso ao saneamento, levando os serviços de fornecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto sanitário para mais cidadãos é o compromisso da SANASA. Orientada por uma gestão que alia eficiência operacional a uma sólida política socioambiental, a Companhia contribui de forma decisiva para o desenvolvimento sustentável do Município de Campinas.

A Companhia atende a 98% da população com abastecimento de água, 88% com coleta e afastamento de esgoto sanitário e possui capacidade instalada para tratar 80% dos esgotos coletados. Segundo levantamento do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), os índices da SANASA estão bem acima da média nacional, que é de 81,2% de atendimento com água tratada, 43,2% de coleta de esgotos e 34,6% de tratamento de esgotos gerados.

Para atingir e manter esses resultados, a SANASA opera 5 estações de tratamento de água (ETA's) e 23 estações de tratamento de esgoto (ETE's). Por uma rede de distribuição de 3.810,70 quilômetros e com 284.079 ligações, a água tratada pela SANASA chega a mais de 1 milhão de pessoas. Já o serviço de coleta e afastamento de esgoto beneficia cerca de 950 mil habitantes por meio de uma rede de 3.476,13 quilômetros que concentra 243.886 ligações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Principais Indicadores – Água	
Índice de Atendimento com Rede	98%
Total de Ligações	284.079
Total de Economias	435.446
Extensão de Rede de Distribuição de Água	3.810,70 Km

Principais Indicadores – Esgoto	
Índice de Atendimento com Rede	88%
Capacidade Instalada de Tratamento de Esgoto	80%
Total de Ligações	243.886
Total de Economias	376.029
Extensão de Rede de Coletora de Esgoto	3.476,13 Km

3 – DESEMPENHO OPERACIONAL

Duas variáveis são determinantes para definir a eficiência operacional da SANASA: volume produzido e volume faturado. Em 2011, a SANASA alcançou um volume faturado de água de 85.377 mil m³. O crescimento de 10,3% no consumo de água contra um aumento de apenas 2,1% no volume de produção, no período compreendido entre os anos de 2005 e 2011, demonstra a eficiência da Companhia no combate às perdas de faturamento, reduzidas de 22,0% ao patamar de 15,4% em 6 anos.



Com o aumento da eficiência operacional, a SANASA conquista, de um lado, incremento nas suas receitas e, de outro lado, redução de custos, uma vez que a otimização do processo diminui a utilização de insumos de produção tais como: energia elétrica, matéria-prima, mão de obra, etc.

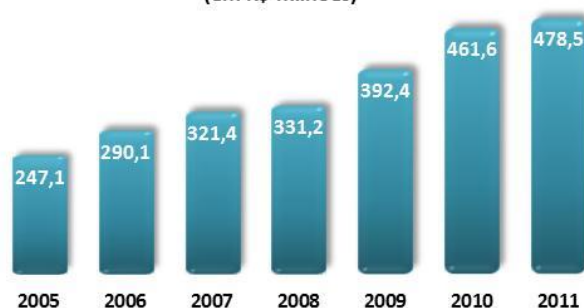
4 – DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1 – Receita Operacional Líquida, EBITDA e Lucro Líquido

A SANASA encerrou o exercício de 2011 com uma Receita Operacional Líquida de R\$ 478.483 mil, correspondendo a um acréscimo de 3,7% em relação ao exercício anterior, em decorrência do reajuste tarifário, do crescimento de consumo e da expansão do número de ligações e economias.

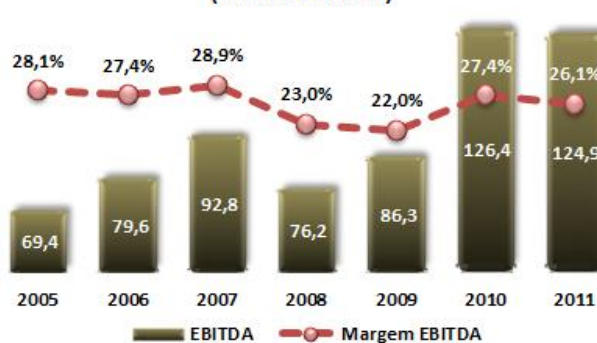
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Receita Operacional Líquida (em R\$ milhões)



O resultado medido pelo EBITDA (ou LAJIDA: Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) foi de R\$ 124.911 mil resultando em uma favorável margem EBITDA de 26,1%.

EBITDA (em milhões de R\$)



O exercício de 2011 foi encerrado com um lucro líquido de R\$ 54.213 mil, correspondendo a um lucro de R\$ 0,1698 por ação e margem líquida de 11,3%.

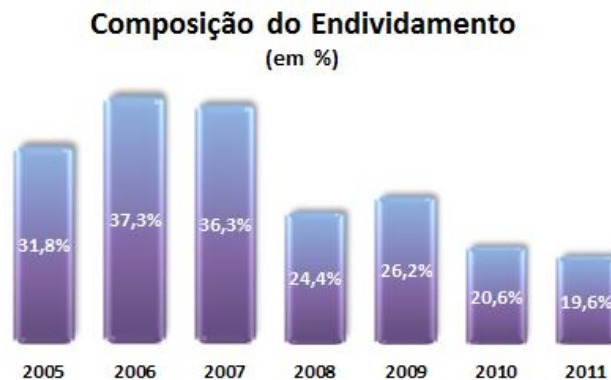
Lucro Líquido (em milhões de R\$)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.2 – Endividamento e Rentabilidade

Em 2011, a Composição do Endividamento da SANASA foi de 19,6%, frente ao índice de 20,6% registrado em 2010. Este indicador, que evidencia o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais, atingiu o menor valor em 2011, quando comparado aos últimos 6 anos.



4.3 – Covenants

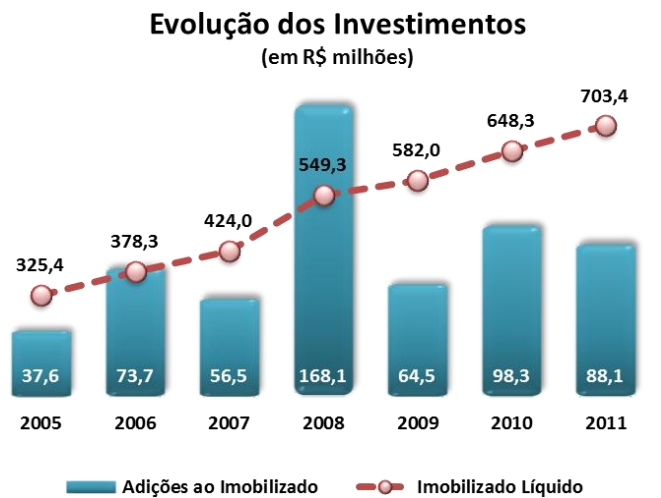
A SANASA possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a essas operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. No exercício de 2011, todas as metas contratuais foram plenamente atingidas pela Companhia.

Covenants	Meta	Resultado 2011
Relação Exigível Total e Patrimônio Líquido	máximo 2,3	1,53
Relação EBITDA e Serviço da Dívida	mínimo 1,5	1,90
Faturamento	mínimo R\$ 257 milhões	R\$ 478 milhões
Proporção EBITDA sobre Faturamento Líquido	mínimo 25%	26,1%
Relação Dívida Líquida e EBITDA Últimos 12 meses	máximo 4,5	2,07
Relação EBITDA Últimos 12 meses e Despesa Financeira Líquida Últimos 12 meses	mínimo 1,5	3,77
Relação Dívida Líquida e Patrimônio Líquido	máximo 1,3	0,72
Liquidez Corrente	mínimo 0,9	1,31

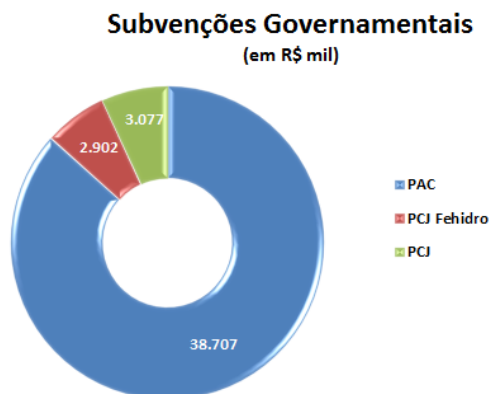
5 – INVESTIMENTOS

Focada no compromisso de universalizar o acesso ao saneamento básico no Município de Campinas, a SANASA direcionou sua política de investimentos para obras de expansão e disseminação da estrutura de coleta e tratamento de esgotos sanitários. Em 2011, foram investidos R\$ 88.071 mil, sendo 11,27% destinados a investimentos em obras de abastecimento de água, 76,42% destinados aos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto e os 12,31% restantes aplicados em outros investimentos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A Companhia recebeu, em 2011, R\$ 44.686 mil de recursos oriundos de subvenções governamentais, sendo R\$ 38.707 mil provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), R\$ 3.077 mil do Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) e R\$ 2.092 mil do FEHIDRO/PCJ.



6 – GESTÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

6.1 – Operação do Sistema de Água

A produção de água em 2011 foi de 104.849.011 m³. A capacidade de reservação se manteve em 124.500,38 m³ distribuída através de 40 reservatórios semi enterrados e 27 reservatórios elevados, todos automatizados e telecomandados através da Central de Controle Operacional (CCO).

Foram distribuídos 106.251,30 m³ de água potável através de caminhões irrigadeiras para regiões desprovidas de redes públicas de abastecimento, totalizando 15.200 viagens no ano.

A SANASA realizou, em 2011, exames laboratoriais em 21.985 amostras de água, que envolveram 207.337 determinações físico-químicas e bacteriológicas no controle de qualidade da água potável distribuída na cidade, no monitoramento de qualidade de água bruta e de insumos aplicados nas etapas de tratamento.

A fim de acompanhar os avanços tecnológicos e científicos, a Companhia vem implementando as seguintes metodologias nos laboratórios de controle de qualidade: a) microbiologia: investigações científicas na detecção de *Cryptosporidium* e *Giardia* na água bruta e tratada; b) cromatografia gasosa: implementação da metodologia de investigação de *Haloacéticos* na água tratada e distribuída; c) espectroscopia de emissão atômica - plasma: atualização das metodologias de detecção de metais pesados para atendimento da Portaria nº 518/04 do Ministério da Saúde; d) cromatografia líquida de alta resolução acoplada a espectrômetro de massa: atualização da metodologia de detecção de Microcistinas e estudos de desenvolvimento de metodologia para detecção de Saxitoxinas e disruptores endócrinos e fármacos em água bruta e tratada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A SANASA participou ativamente das reuniões da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CTMH) do Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), a fim de garantir a qualidade e quantidade suficientes de água para o abastecimento de Campinas.

6.2 – Operação do Sistema de Esgoto

A SANASA manteve a capacidade instalada de tratamento de esgoto da cidade em 80%. Com o objetivo de promover a melhoria contínua dos processos operacionais das Estações de Tratamento de Esgoto da SANASA, as principais ações implementadas no ano de 2011 foram as seguintes:

- Posto de Recebimento de Efluentes Anhanguera: aquisição de reservatórios horizontais fabricados em plástico reforçado com fibra de vidro, em substituição às carretas estacionárias utilizadas para o acúmulo de chorume proveniente dos aterros Delta A, Pirelli e Parque Santa Bárbara, reduzindo o custo com a locação de carretas.
- Estação de Tratamento de Esgoto Piçarrão: aquisição de novos equipamentos multigases com bomba de sucção acoplada, para o monitoramento da eficiência dos sistemas de tratamento de odores (lavadores de gases) e detecção de possíveis vazamentos.
- Estação de Tratamento de Esgoto Vó Pureza: substituição do reservatório de hipoclorito de sódio e readequação do sistema dosador, que passou a operar por gravidade, economizando energia elétrica; e substituição do sistema de dosagem do neutralizador de odores.
- Estação de Tratamento de Esgoto Anhumas: instalação de estrutura metálica constituída de conjunto de pórticos, monovias e troles, nos canais de entrada e saída das duas grades grosseiras, para utilização de equipamento de resgate nas atividades de limpeza e manutenção em espaço confinado, visando maior segurança dos funcionários; aquisição de conjunto específico de equipamentos de resgate constituído de tripé, guincho, roldanas, cintos e cordas para trabalho com segurança em espaço confinado, em atendimento à Norma Regulamentadora (NR) 33; instalação e operação de quatro lavadores de gases odorantes com utilização de hidróxido de sódio, em substituição aos lavadores de ozônio, com redução de custos de locação, energia e água; instalação de duas unidades dosadoras para aplicação de produtos químicos nebulizadores, visando maior eficácia no controle de odores; instalação de telas plásticas perfuradas sobre as câmaras de flocladores e na saída do efluente tratado dos flotadores, com o objetivo de combater as espumas formadas nestas unidades, além de contribuir para a redução do consumo de água; aplicação de copolímero no pós-tratamento físico-químico, associado ao cloreto férrico, em substituição ao cloreto de polialumínio (PAC) e polímero catiônico em emulsão, visando melhorias na qualidade do efluente tratado.
- Estação de Tratamento de Esgoto Barão Geraldo: instalação de sistema neutralizador de odores na área do poço de sucção e dos queimadores de biogás.
- Estação de Tratamento de Esgoto Capivari 1: instalação de medidores de vazão eletromagnéticos para aumentar o nível de controle do processo de tratamento; instalação de canaletas para coleta da água contaminada proveniente da lavagem da área das caçambas de lodo, com o retorno do líquido para o processo de tratamento, evitando o lançamento irregular em galeria de água pluvial.
- Estação de Tratamento de Esgoto Eldorado: substituição do tanque de hipoclorito de sódio, proporcionando maior volume de estoque e segurança contra vazamentos.
- Estação de Tratamento de Esgoto São Luis: instalação de sistema desodorizador Wastec, visando a minimização dos odores gerados pela estação.

6.3 – Projetos Elaborados

6.3.1 – Projetos do Sistema de Abastecimento

- Elaboração de projetos básicos detalhados de 28.257 m de adutoras, subadutoras e rede de distribuição de água;
- Elaboração de projetos executivos de 1.164,35 m de adutoras e subadutoras (serviços topográficos, projetos hidromecânicos e civis) e de 7 estruturas de redução de pressão/macromedicação;
- Análise e aprovação de projetos de 34.588 m de redes de distribuição de água e de 6 estruturas redutoras de pressão e macromedicação.

6.3.2 – Projetos dos Sistemas de Esgotamento e Tratamento Sanitário

- Elaboração de projeto executivo de 4 Estações Elevatórias de Esgoto, 7.860,96 m de Coletores Tronco e Interceptores e 13.915,19 m de redes coletoras de esgoto em bairros e favelas;
- Análise e aprovação de projetos de 6 Estações Elevatórias de Esgoto, 42.912,88 m de redes coletoras de esgoto e 2 projetos de ocupação em vielas sanitárias para construção de garagens subterrâneas, conforme instrução técnica de empreendimentos.

6.3.3 – Outros projetos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Elaboração de 22 projetos de engenharia elétrica; análise de 25 projetos elétricos realizados por terceiros; elaboração de 12 projetos de engenharia estrutural e análise de 8 projetos estruturais elaborados por terceiros.

6.4 – Obras Executadas

Foram executados 56.253,66 m de redes de distribuição/subadutoras de água e 99.356,34 m de redes coletoras de esgoto em bairros da cidade, atendendo a 22.501 e 39.743 habitantes, respectivamente.

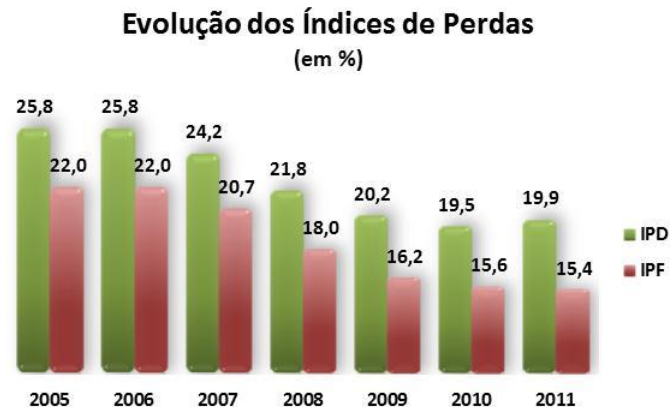
Foram fiscalizados 32.430,69 m de redes de água e 30.667,07 m de redes de esgoto, implantadas por loteadores e 6.555,10 m de redes de água e 53.336,22 m de redes de esgoto, executadas por empreiteiras.

Foram concluídas as seguintes obras: sistema de esgotamento Capivari II (lote 1), sistema de esgotamento da região do Aeroporto de Viracopos (Nova América); sistema de esgotamento Santa Cândida; prolongamento de rede de esgoto com travessia aérea sobre córrego no Cambuí; e Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Bosque das Palmeiras.

Em dezembro de 2011 estavam em andamento as seguintes obras: Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) San Martin; ETE Sousas; ampliação e otimização da Estação de Tratamento de Lodo das ETA's 3 e 4; sistema de esgotamento da região do Parque Santa Bárbara com 2.995,71 m de rede coletora/linha de recalque/interceptor e 3 Estações Elevatórias de Esgoto; ETE Nova América e 5 ETE's; sistema de esgotamento da região do núcleo residencial Filadélfia com 121,15 m de rede coletora; obras de remanejamento de rede de esgoto, no Parque Brasília, em método convencional e não destrutivo tipo furo direcional (MND) numa extensão de 54,31 m.

6.5 – Controle de Perdas e Sistemas

A SANASA deu prosseguimento às ações de redução e controle de perdas, o que resultou no Índice de Perdas de Distribuição (IPD) de 19,9% e no Índice de Perdas de Faturamento (IPF) de 15,4%.



Dentre as ações realizadas e que visam assegurar o faturamento, a redução dos custos, a postergação de obras de grande porte e a garantia da demanda futura, destacam-se:

- substituição de redes de ferro fundido, redes de cimento amianto e ramais de ferro galvanizado através do método não destrutivo (MND), com simultânea instalação de caixa lacrada de proteção para hidrômetro, nos bairros Jardim dos Oliveiras, Jardim Leonor, Jardim Ouro Branco, Jardim Proença, Guanabara e Taquaral;
- diagnóstico de desempenho operacional do sistema de distribuição de água e sistema de coleta e afastamento de esgoto, para avaliar a eficiência dos processos e eficácia das ações;
- elaboração do Plano Diretor de Controle de Perdas (PDGP) para apontar as diretrizes de redução das perdas por unidade operacional do sistema de água do município de Campinas;
- setorização dos sistemas de abastecimento de água, permitindo o controle das pressões, monitoramento das vazões e economia de energia através da limitação das áreas de influência das zonas de recalque;
- localização geográfica dos rompimentos de redes e ramais dos sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgoto em mapa digital, possibilitando a troca de redes e/ou ramais somente nos locais com elevado número de manutenções;
- localização geográfica dos consumidores ativos, em mapa digital, permitindo avaliações de consumo por setor, busca automática de informações relacionadas ao consumidor, entre outras funcionalidades;
- mapeamento das descargas efetuadas no sistema de distribuição de água;
- eliminação da interferência de águas pluviais no sistema de esgotamento sanitário para garantir que somente os esgotos sejam conduzidos às estações de tratamento;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- recuperação da impermeabilização de reservatórios e manutenção das ações de telemetria e telecomando nas unidades operacionais;
- ensaios de verificação de estanqueidade em adutoras, redes e ramais recém assentadas antes de entrarem em operação;
- manutenção preventiva das válvulas de controle com implantação de roteiro por região;
- utilização de sistema de telemetria através de rádio frequência para a leitura mensal dos macromedidores instalados em caixa de proteção, reduzindo-se os custos operacionais;
- manutenção nos hidrômetros e macromedidores para garantir a eficiência das medições;
- substituição de cerca de 30.000 hidrômetros que correspondem a aproximadamente 10% do parque de medidores;
- readequação das unidades de medição de água dos imóveis existentes, com instalação de caixas lacradas e hidrômetros que mais se ajustam ao perfil de consumo do cliente;
- utilização de hidrômetros mais precisos, tipo velocimétricos, vazão nominal (Qn) 0,75 m³/h, classe “B” para ligações de água com consumo mensal de até 20 m³ e classe “C” para ligações de água com consumo mensal superior a 20 m³;
- prestação de serviço de calibração de hidrômetros para terceiros, conforme norma ABNT NBR 15.538/07;
- realização de testes de campo com medidores de água eletrônicos, tipo estático sem partes móveis, cuja proposta apresenta o benefício de não registrar a passagem de ar, além de importante ganho metrológico e maior vida útil;
- continuidade do programa de regularização de ligações de água, que visa eliminar fraudes e cadastrar fontes alternativas de abastecimento de água;
- sequência à detecção de vazamentos das instalações hidráulicas de escolas municipais e estaduais, órgãos públicos, imóveis da Prefeitura Municipal de Campinas e associações assistenciais;
- implantação da medição individualizada de água em condomínios novos e existentes;
- fiscalização das instalações hidráulicas prediais para liberação de termo para obtenção de Alvará de Uso e Certificado de Conclusão de Obras junto à Prefeitura Municipal de Campinas.

7 – GESTÃO DA QUALIDADE E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

O Sistema de Gestão da Qualidade da SANASA é auditado anualmente pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com o propósito de avaliar sua adequação em relação aos padrões da norma NBR ISO 9001, à política e aos objetivos da Qualidade. Com a finalidade de manter a conformidade do produto, a SANASA realiza uma série de inspeções e análises laboratoriais ao longo dos processos de produção e operação de água, operação e tratamento de esgoto, além da análise crítica anual do sistema de gestão. Em 2011 foram realizadas duas auditorias internas, auditorias extraordinárias e uma auditoria externa para manutenção do certificado, completando o sexto ano consecutivo sem não conformidades na auditoria externa, o que sem dúvida continua sendo um marco no Programa de Gestão da Qualidade da SANASA. Internamente foram registrados 312 relatórios entre não conformidades, observações, oportunidades de melhorias e melhorias executadas. Foi formada a sexta turma de auditores internos da qualidade com 30 participantes, perfazendo um total de 160 auditores. Receber e manter uma Certificação de Qualidade, e ainda procurar inovar e melhorar as atividades numa empresa de capital misto, com processos industriais, agências de atendimento, estruturas administrativas e financeiras e diversos aparatos de operação e manutenção, divididos e serpenteados por todos os logradouros públicos, é um grande e permanente desafio.

A SANASA mantém participação ativa nas políticas de recursos hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, em conjunto com a Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente de Campinas. A Companhia representa, no Comitê Estadual e Federal de Bacia Hidrográfica, a Associação Nacional das Empresas Municipais de Saneamento, tem assento em todas as Câmaras Técnicas que formulam e executam a política de recursos hídricos da região, além de fazer parte do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) e das Câmaras Temáticas da Região Metropolitana de Campinas. Com estas medidas, ao mesmo tempo em que a SANASA contribui para a preservação do meio ambiente, garante melhores condições de saúde para a população de toda a região.

8 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Com relação ao uso de tecnologia da informação e comunicação em benefício dos usuários da Companhia, cabe destacar os seguintes trabalhos realizados durante o ano de 2011: elaboração de projetos de automação para telemedição e telecomando nas seguintes unidades: Booster Monte Belo, Estação Elevatória de Esgoto (EEE) Bosque das Palmeiras, automação dos filtros da Estação de Tratamento de Água (ETA) 3, EEE Ceasa Campinas, EEE Parque Figueira I, Parque Figueira II, EEE Cipasa, EEE Parque Jambeiro I, EEE Parque Jambeiro II, ETE Capivari I e ETE Piçarrão; migração dos servidores para máquinas virtuais e upgrade do iFix para versão 5.0; instalação e configuração do módulo de comunicação EKI; desenvolvimento e implantação de soluções para: sistema de gestão da qualidade, sistema de indicadores, portal transparência, leitura para impressão simultânea, base da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), planejamento de materiais via web, sistema fiscal (módulos ICMS/IPI, PIS/COFINS/PASEP, SPED Fiscal), cadastramento e recadastramento de aposentados, sistema de protocolos e notificação de cobranças automáticas.

9 – RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A SANASA tem como compromisso a satisfação plena dos clientes e consumidores, buscando sempre o melhor padrão e a excelência nos relacionamentos. Para tanto, possui os seguintes canais de atendimento e diálogo:

Agências de Atendimento: a Companhia possui onze agências no município de Campinas, onde os consumidores podem solicitar vários tipos de serviços, tais como: ligações de água e esgoto, segunda via de fatura, vistoria para habite-se e alvará de uso, remoção de cavalete e aferição de hidrômetro, cadastramento de aposentado, negociação de débitos e outros. Em 2011, estas agências atenderam 437.873 consumidores.

Agência Móvel: a Companhia possui um veículo adaptado para atender os consumidores em cinco pontos diferentes do município de Campinas, de segunda a sexta-feira. Aos sábados, essa agência presta atendimento aos clientes nos eventos do programa Governo Itinerante da Prefeitura Municipal de Campinas. Em 2011 foram atendidos 5.654 consumidores através desse canal de atendimento.

Agência Virtual: através do site institucional da SANASA, os consumidores podem obter a segunda via da conta, consultar débitos, acompanhar o cronograma de leitura, consultar protocolos, obter informações sobre a qualidade da água do seu bairro, solicitar atualização do cadastro de nome e endereço de entrega de correspondências, consultar a documentação exigida para os diferentes tipos de serviços, entre outros.

Call Center: o serviço "0800" funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, e atendeu em 2011, 440.647 consumidores.

Serviço Social: com o objetivo de proporcionar alternativas para o acesso ao serviço de saneamento básico, resgatar a cidadania e proporcionar a inclusão social, em 2011 foram atendidos 2.624 consumidores/famílias que não conseguiram negociar seus débitos por motivo de desemprego, subemprego, doenças graves etc. Os consumidores passaram por atendimento personalizado em que as assistentes sociais promoveram a análise da situação socioeconômica familiar, para oferecer alternativas de negociação.

Gestão de Créditos: canal de atendimento aos clientes com pendências financeiras, com o objetivo de propiciar a recuperação de créditos para a empresa de forma ética e justa e o resgate da dignidade do cidadão.

Cliente Ouro: programa que beneficia os clientes que possuem histórico de excelência de pagamento de suas faturas, com o objetivo de alertá-los, além dos procedimentos normais já existentes, que a ligação entrou para o programa de corte, provavelmente pelo esquecimento de pagamento da fatura. Esses clientes são comunicados por telefone sobre a falta de pagamento, evitando o primeiro corte da ligação de água, além de receberem o aviso de débito impresso, conforme estabelecido pelo Código do Consumidor e pela Lei nº 11.445/07.

O controle da qualidade dos serviços é um dos principais compromissos da SANASA com seus clientes. E para entregar à população um produto de qualidade comprovada, a Companhia segue as diretrizes da Portaria nº 518/04 do Ministério da Saúde, que estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu respectivo padrão de potabilidade. Em cumprimento ao Decreto 5.440/05, em 2011, a SANASA entregou um total de 289.270 relatórios de qualidade de água a todos os seus clientes.

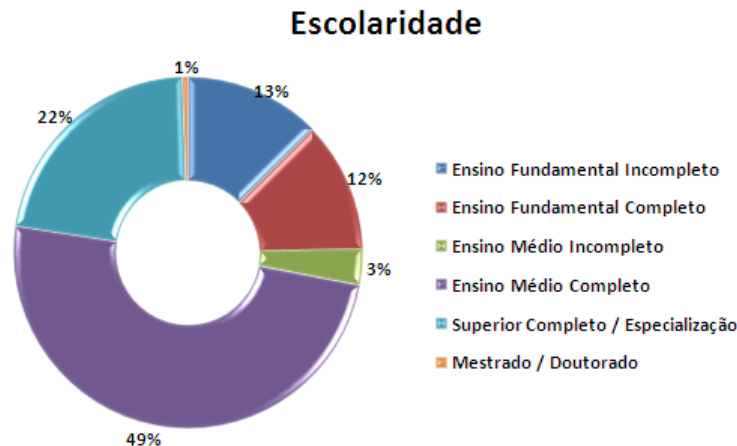
10 – RELACIONAMENTO COM OS COLABORADORES

A política de gestão de pessoas da SANASA reflete seu compromisso em atuar de forma responsável e contribuir para a garantia dos direitos humanos no seu relacionamento com o público interno. O quadro de pessoal da Companhia é composto por 1.669 empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, 140 estagiários, 58 patrulheiros e, além disso, propicia oportunidade a 16 jovens aprendizes, contribuindo para a formação da cidadania, capacitação e inserção no mercado formal de trabalho. O número de admissões e desligamentos em 2011 foi de 150 e 55 funcionários, respectivamente. Consequentemente, a rotatividade de pessoal (*turnover*) foi de 6,5%, explicada principalmente pelas contratações do Concurso Público 001/2011, para os cargos de Agente Técnico de Saneamento, Analista Administrativo, Assistente Administrativo, Técnico em Instrumentação e Técnico de Segurança do Trabalho.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A SANASA atende ao Decreto 3.298, de 1999, que determina a reserva de 5% das vagas oferecidas nos processos de concursos públicos para pessoas com deficiência. Do total de empregados, 59,68% são pertencentes ao quadro técnico operacional e 40,32% pertencentes ao quadro administrativo e de comando; 84,47% são homens e 15,53% mulheres. O gráfico a seguir demonstra o nível de escolaridade dos funcionários da SANASA. .



10.1 – Capacitação e Treinamento

O desenvolvimento do capital humano da Companhia é ponto estratégico para a gestão de pessoas. Com esse foco e visando a otimização de resultados, em 2011 foi mantido o Programa de *Coaching* para os Gerentes e Coordenadores. Para os funcionários vem sendo mantido o Programa de Bolsa de Estudos para cursos técnicos, superiores, de pós-graduação e também o Programa de Desenvolvimento e Capacitação Profissional, sendo que em 2011 foram oferecidas 9.408 horas de capacitação, o equivalente a 5,6 horas por colaborador. A Companhia também manteve em 2011 o programa de bolsas para estágios, oferecidas para estudantes de nível médio e superior.

10.2 – Saúde, Segurança e Bem-estar

Assegurar a saúde, segurança e bem-estar dos funcionários é uma política permanente da SANASA. Como resultado da atuação das 21 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA's) instaladas nas unidades da Companhia. Em 2011, o número de acidentes de trabalho, com ou sem afastamento, teve uma redução de 10,1%.

A SANASA também possui programas de prevenção à saúde dos funcionários, por meio de exames médicos periódicos, campanhas de vacinação contra o Tétano, Gripe, Tifo e Hepatite A, beneficiando tanto a Companhia quanto o empregado. Vale ressaltar ainda a continuidade dos Programas de Reabilitação em Dependência Química e Reabilitação Profissional, com o objetivo de proporcionar aos envolvidos uma eficaz adaptação no retorno às atividades laborais. Em 2011 foram realizadas 6 reabilitações profissionais, que têm como fulcro a preservação da capacidade laborativa dos colaboradores.

10.3 – Benefícios aos Empregados e Dependentes

A SANASA estrutura um pacote de benefícios que, além das disposições legais, tem por objetivo proporcionar aos empregados e seus dependentes, segurança e conforto no suprimento de suas necessidades essenciais. Os benefícios propiciados são comuns a todos os empregados, independentemente do regime de horário, nível e categoria. São eles: Vale Refeição, Vale Alimentação, Vale Transporte, Seguro de Vida, Assistência Médica Hospitalar, Assistência Odontológica, Participação nos Lucros e Resultados, Previdência Complementar e Reembolso Farmácia (saúde).

11 – PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A SANASA possui uma forte orientação socioambiental, realizando diversos investimentos em projetos culturais, ambientais, sociais e na formação e desenvolvimento da comunidade com a qual interage. Em 2011 destacam-se os seguintes projetos:

- **Coleta Seletiva e Gestão de Resíduos:** em junho de 2004, a SANASA implantou o programa de Coleta Seletiva em todas as áreas da empresa. Trata-se de alternativa ecologicamente correta para destinação de resíduos sólidos que podem ser reciclados. Os materiais recolhidos são doados para uma cooperativa, gerando emprego para 25 cooperados, ou seja, 25 famílias vivendo dessa atividade. A Companhia também se preocupa com a destinação final ambientalmente correta de outros resíduos gerados por ela, tais como: óleo lubrificante automotivo, pneus, borrachas, pilhas e baterias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Programa Minha Escola na SANASA:** criado em 2001, este projeto divulga aos alunos das redes municipal, estadual e particular de ensino da cidade, conceitos gerais sobre a importância do recurso natural água, seus múltiplos e sucessivos usos e, particularmente, os aspectos relacionados à saúde e à qualidade de vida da população, caracterizados pelos sistemas de abastecimento de água e de coleta, afastamento e tratamento de esgotos. Para tal, a SANASA dispõe de uma equipe técnica do seu quadro de funcionários, de suas instalações operacionais, de um ônibus personalizado e de dois grupos de teatro terceirizados.
- **Centro Permanente de Capacitação e Produção Agro Ambiental Vó Pureza:** o centro está instalado na ETE Vó Pureza. Trata-se de um convênio entre a SANASA, Ceasa e APAE-Campinas. Doze alunos e um monitor da APAE produzem anualmente uma média de 100 mil mudas para abastecer as hortas comunitárias do município.
- **Férias na SANASA:** o programa férias na SANASA, realizado no mês de julho, atende dependentes com idade de 06 a 10 anos. Tem como objetivo propiciar uma melhoria na qualidade de vida, estabelecendo integração positiva entre funcionários/empresa/família através de atividades de educação ambiental, comportamental, cultural e recreação, contribuindo para uma melhor inserção destas crianças na sociedade. Em julho de 2011, 236 crianças participaram do evento.
- **SANASA na Comunidade:** projeto desenvolvido junto aos núcleos urbanizados do município, com o objetivo de promover a integração dos moradores, sensibilizando-os da importância do tratamento da água e do esgoto. Os participantes recebem dicas sobre o uso racional da água, norteadas por ações educativas, que culminam na redução do desperdício e da inadimplência. Em 2011, 8.275 pessoas participaram diretamente deste projeto.
- **Programa de Ação Sustentável (PAS):** o projeto beneficia mais de 231 mil moradores dos núcleos residenciais urbanizados atendidos com ligações individuais de água, a partir de uma tarifa diferenciada, em função das características das moradias e das condições socioeconômicas. O trabalho também inclui a recuperação de crédito e a educação ambiental.
- **Fidelidade Hospitalar:** programa que visa beneficiar os hospitais pertencentes à rede hospitalar do município de Campinas, mediante desconto de 50% na fatura mensal dos serviços de abastecimento de água, coleta e afastamento de esgoto, devendo o hospital estar conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e/ou comprovar atendimento beneficente/social contínuo.
- **Viveiro de Mudas Nativas ETE Piçarrão:** o projeto, que visa contribuir com a regeneração de áreas degradadas na região de Campinas, já produziu mais de 50 mil mudas de árvores nativas.
- **Esgota Fossa:** trata-se de um programa de limpeza de fossas realizado por meio de vinte e um caminhões. Em 2011, o programa atendeu gratuitamente a população carente nos bairros Satélite Íris I, Satélite Íris II, Satélite Íris III, Satélite Íris IV, Residencial São Luiz, Oziel, Monte Cristo, Gleba B, Jd. Uruguai, Jd. Marisa, Jd. Monte Líbano, etc. realizando mais de 13.000 limpezas de fossas sépticas.

12 – BALANÇO SOCIAL ANUAL

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1 - Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)			2010 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	478.483			461.596		
Resultado operacional (RO)	58.315			60.814		
Folha de pagamento bruta (FPB)	191.629			174.946		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	16.703	8,72%	3,49%	14.188	8,11%	3,07%
Encargos sociais compulsórios	39.026	20,37%	8,16%	36.001	20,58%	7,80%
Previdência privada	6.428	3,35%	1,34%	9.701	5,55%	2,10%
Saúde	6.870	3,59%	1,44%	6.120	3,50%	1,33%
Segurança e saúde no trabalho	3.518	1,84%	0,74%	2.973	1,70%	0,64%
Educação	224	0,12%	0,05%	269	0,15%	0,06%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	352	0,18%	0,07%	375	0,21%	0,08%
Creches ou auxílio-creche	109	0,06%	0,02%	107	0,06%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	5.984	3,12%	1,25%	5.613	3,21%	1,22%
Outros	3.649	1,90%	0,76%	3.547	2,03%	0,77%
Total - Indicadores sociais internos	82.863	43,24%	17,32%	78.894	45,10%	17,09%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	218	0,37%	0,05%	1.060	1,74%	0,23%
Cultura	36	0,06%	0,01%	1.128	1,85%	0,24%
Saúde e saneamento	6.585	11,29%	1,38%	5.920	9,73%	1,28%
Esporte	1	0,00%	0,00%	432	0,71%	0,09%
Combate à fome e segurança alimentar	324	0,56%	0,07%	324	0,53%	0,07%
Outros	1.811	3,11%	0,38%	1.953	3,21%	0,42%
Total das contribuições para a sociedade	8.975	15,39%	1,88%	10.816	17,79%	2,34%
Tributos (excluídos encargos sociais)	7.241	12,42%	1,51%	6.840	11,25%	1,48%
Total - Indicadores sociais externos	16.216	27,81%	3,39%	17.656	29,03%	3,83%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	3.678	6,31%	0,77%	3.661	6,02%	0,79%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.284	2,20%	0,27%	2.943	4,84%	0,64%
Total dos investimentos em meio ambiente	4.962	8,51%	1,04%	6.604	10,86%	1,43%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2011			2010		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.669			1.574		
Nº de admissões durante o período	150			18		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	966			827		
Nº de estagiários(as)	81			65		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	813			717		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	263			245		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	23,55%			23,08%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	367			343		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,17%			2,20%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	142			80		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2011			Metas 2012		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	35,92			35,92		
Número total de acidentes de trabalho	62			58		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(x) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 2.151	no Procon 145	na Justiça 4	na empresa 2.000	no Procon 145	na Justiça 4
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 96%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2011: R\$ 335.849 mil			Em 2010: R\$ 336.336 mil		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	17,8% governo 0% acionistas	49,1% colaboradores(as) 17,0% terceiros	16,1% retido	16,7% governo 0% acionistas	44,5% colaboradores(as) 21,4% terceiros	17,4% retido
7 - Outras Informações						

CNPJ da SANASA: 46.119.855/0001-37 - Setor Econômico: Utilidade Pública / Água e Saneamento - Sede da Empresa: Campinas (SP). Para esclarecimento sobre as informações declaradas: Gerência de Controladoria / Telefone: (19) 3735-5190 - E-mail: controladoria@sanasa.com.br. Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

13 – GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia possui a seguinte estrutura de governança: **a) Assembleia dos Acionistas:** instância máxima de decisão que delibera sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos, elege os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, fixa os honorários, verbas de representação e demais vantagens dos membros da Diretoria, autoriza a emissão de títulos da dívida, debêntures ou valores mobiliários de qualquer natureza e aumentos de capital da sociedade; **b) Conselho de Administração:** é composto por sete membros com mandato unificado de três anos, permitida a reeleição. A posição de presidente do conselho e presidente da Companhia é ocupada por pessoas distintas. Possui como principais atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, eleger os Diretores e fixar-lhes as atribuições, deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, analisar e deliberar sobre os aumentos de tarifas; **c) Conselho Fiscal:** instalado de forma permanente, compõe-se de três membros titulares e respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária; **d) Diretoria Executiva:** a Diretoria é composta por quatro membros com mandato unificado de um ano, permitida a reeleição. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles designado Diretor Presidente; **e) Auditoria Externa:** a Companhia obedece aos princípios que preservam a independência do auditor externo quanto a não auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais e não advogar pelo seu cliente e, **f) Remuneração dos Administradores:** de acordo com a legislação societária brasileira, a remuneração a ser paga aos conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores é estabelecida, de forma agregada, pela assembleia geral de acionistas.

A Companhia também possui um Código de Conduta Ética que visa estabelecer padrões de referência éticos, culturalmente adequados e hábeis a reger a convivência sadia e harmoniosa no ambiente de trabalho. Tal norma interage com a legislação vigente, com o Regulamento de Serviços da Companhia, no que couber, e reúne as orientações que devem ser observadas na atividade profissional cotidiana dos seus colaboradores, visando sempre atingir os objetivos maiores da qualidade e melhorias contínuas.

No ano de 2011, alguns ex-dirigentes da SANASA foram denunciados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo por suspeita de irregularidades em licitações e contratos envolvendo a Companhia. Diversas providências têm sido tomadas com o intuito de apurar os fatos e fortalecer os mecanismos de controles internos. Inclusive com a exoneração de tais dirigentes e o impedimento de participação das empresas investigadas pelo Ministério Público em novas licitações da Companhia.

14 – SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em 2011, os auditores externos *KPMG Auditores Independentes* prestaram apenas serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não foram executados pelos auditores outros serviços que não estejam relacionados a serviços de auditoria externa, preservando, assim, a independência e a integridade necessárias à execução dessa atividade.

15 – PLANOS, PERSPECTIVAS E METAS

A SANASA tem como meta a continuidade dos investimentos em abastecimento de água, coleta, afastamento, tratamento de esgoto, recuperação dos mananciais e atualização tecnológica em seus laboratórios. Assim deverá executar em 2012 cerca de 40 mil metros de redes de distribuição de água e 50 mil metros de redes de coleta e afastamento de esgoto, além da substituição de 5 mil metros de redes de distribuição de água e 2 mil metros de redes de coleta e afastamento de esgoto.

Com relação aos investimentos em tratamento de esgotos sanitários, a Companhia pretende dar continuidade, em 2012, às seguintes obras: Estação de Tratamento de Esgoto Sousas, Estação de Tratamento de Esgoto São Martin e Estação de Tratamento de Esgoto Nova América. Além disso, serão iniciadas as obras da Estação de Produção de Água de Reuso (EPAR) Capivari II e da Estação Elevatória de Esgoto Boa Vista. Esta última possibilitará o direcionamento de mais esgoto sanitário para a ETE Anhumas, de forma a promover economia de escala.

A SANASA tem como meta atingir, até 2013, os seguintes indicadores de atendimento à população de Campinas: 100% de abastecimento de água; 100% de coleta e afastamento de esgoto e capacidade instalada para tratar 100% do esgoto produzido na cidade. Além disso, pretende buscar a acreditação de parâmetros dos laboratórios de água, esgoto e de ensaios de hidrometração (NBR ISO 17025), a certificação na norma de sistema de gestão ambiental (NBR ISO 14001) e a certificação na norma internacional de responsabilidade social (SA 8000), de modo a promover a cidadania, o desenvolvimento sustentável e a transparência das atividades da organização.

Campinas, 9 de março de 2012.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

Marco Antônio dos Santos
Diretor Presidente

Pedro Cláudio da Silva
Diretor Administrativo-financeiro e de Relações com
Investidores

Augusto Carlos Vilhena Neto
Diretor Técnico

Rogério Stracialano Parada
Diretor Comercial

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alcides Yukimitsu Mamizuka
Presidente do Conselho

Marco Antônio dos Santos
Conselheiro

Pedro Cláudio da Silva
Conselheiro

Gilton Pacheco de Lacerda
Conselheiro

Fernanda do Amaral Zaitune
Conselheira

Aparecida Maria Poli
Conselheira

Texano Roque de Oliveira
Conselheiro

Notas Explicativas

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A - SANASA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA ou Companhia) é uma sociedade de economia mista, de capital aberto e sem ações negociáveis, desde 29 de abril de 1997, conforme registro obtido perante a CVM, sob o código nº 1624-1. Constituída de acordo com a Lei Municipal nº 4.356, de 28 de dezembro de 1973 que foi regulamentada pelo Decreto nº 4.437, de 14 de março de 1974, com participação majoritária da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) e tem como finalidades principais planejar, executar e operar serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários no Município de Campinas.

Em consonância com a Lei Municipal nº 11.941, de 07 de abril de 2004, foram introduzidas alterações nos objetivos da SANASA, ampliando suas finalidades para: a) fiscalização de instalações prediais de água e esgotos dos imóveis situados no Município de Campinas; b) promoção de educação em saneamento, meio ambiente e áreas correlatas, difundindo os conhecimentos inerentes as suas atividades fins em ações integradas com o Município, com o Estado e com a União.

Através da Lei Municipal nº 13.007, de 18 de julho de 2007, os objetivos da SANASA tiveram novas alterações, ficando autorizada a prestar serviços em qualquer Município localizado no território brasileiro, bem como no exterior, além de poder participar de Companhias públicas ou de sociedades de economia mista, nacionais e internacionais, constituir subsidiárias e coligar-se ou participar de qualquer empresa privada ligada, direta ou indiretamente, ao saneamento básico.

02 – BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A demonstração de resultado abrangente não esta sendo apresentada por não haver valores a serem apresentados sobre esse conceito. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 9 de março de 2012.

2.2 – Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, conforme descrito na nota 6, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado

2.3 – Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4 – Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas as seguintes notas explicativas:

- Nota nº 19 – Provisão
- Nota nº 18 – Benefícios a empregados

Notas Explicativas

- Nota nº 14 – Empréstimos e Financiamentos
- Nota nº 12 – Vida Útil do Ativo Fixo

03 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas financeiras.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

a.2) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

a.3) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia.

a.4) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e quitar o passivo, simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras

Notas Explicativas

contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

a.5) Capital Social

a.5.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo “Valor justo através do Resultado” que abrangem Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras, a divulgação do valor justo foi divulgado na nota explicativa 28.

c) Gerenciamento de Risco Financeiro

c.1) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

c.2) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações, associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

c.3) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infra-estrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

c.4) Administração de Capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada

Notas Explicativas

e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

- Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 12

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativo intangível

- Ativos intangíveis com direitos de uso

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, representados por: a) Permissão de uso de solo e b) Direito de uso de softwares.

- Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto ao custo, deduzido o valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data que estes estão disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 13.

g) Ativos arrendados

Um contrato de arrendamento mercantil transfere substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esse contrato é caracterizado como contrato de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos serão depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 12. Os

Notas Explicativas

encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

h) Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios pós-emprego: a) plano de previdência privada complementar de contribuição definida; b) Indenização por aposentadoria e c) assistência médica aos aposentados, cônjuge e dependentes.

h1) Plano de previdência complementar de contribuição definida

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.

Quando o benefício do plano é ampliado ao serviço passado do empregado, o valor das parcelas é reconhecido no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

h2) Indenização por aposentadoria

A Companhia concede a seus funcionários que se aposentem por tempo de serviço, por idade ou por invalidez, uma indenização equivalente a 06 salários nominais mais a função gratificada e vigente à época do desligamento, mais o valor equivalente à multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisório paga em uma única vez.

h3) Assistência médica aos aposentados

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais Assistência Médica por um período de 30 (trinta) meses, limitada a 30 consultas no período, intercambiáveis entre si.

i) Redução ao valor recuperável – *Impairment*

i1) Ativo financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

i2) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto os estoques e contribuição social diferida, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável, em 31 de dezembro de 2011.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável a exigência de recursos econômicos para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas possíveis quanto ao valor do dinheiro no

Notas Explicativas

tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita dos serviços prestados é composta pelas seguintes atividades fins:

- k1) Receita com Sistemas de Água: Captação, tratamento, reserva e distribuição de água;
- k2) Receita com Sistema de Esgoto: Afastamento e tratamento de esgoto;
- k3) Prestação de serviços: Ampliação dos sistemas de água e esgoto.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

l) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 R1 - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 646/10. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica no passivo.

m) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e atualizações monetárias sobre parcelamento da receita tarifária, prestações de serviços, aplicações financeiras e outras receitas e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros líquidos do desconto a valor presente das provisões, e são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda, até janeiro de 2009, e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia, a partir do dia 11 de fevereiro de 2009, ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, através do deferimento parcial da medida judicial de Imunidade Tributária, conforme mencionada na nota explicativa nº 20 (e).

A despesa com contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. A contribuição social corrente e diferida é reconhecida no resultado a menos que esteja relacionada a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Contribuição Social ativa diferida é originada da diferença temporária entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, que considera o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Notas Explicativas

Um ativo de contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

q) Informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos da Companhia estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente, ou tenha informação financeira individualizada disponível.

r) Ajuste a valor presente

As contas a receber de contratos de prestação de serviços e parcelamento de contas de água, esgoto e prestação de serviço registrados no circulante e no não circulante são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda condição de pagamento prefixada, nas datas das respectivas transações.

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

- IFRS 9 Financial Instruments;
- IFRS 10 Consolidated financial statements;
- IFRS 13 Fair value measurement;
- Amendments to IAS 27 Consolidated and separate financial statements

Novos Standards, emendas aos Standards e interpretações são efetivos para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos Standards tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia exceto pelo IFRS 9 Financial Instruments, o qual é mandatório a partir de 1 de janeiro de 2015 e pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia. A SANASA não espera adotar esse standard antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários

Notas Explicativas**04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	3.710	2.478
Total de caixa e equivalente de caixa	3.710	2.478
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	3.710	2.478

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

Os valores de caixa e de depósitos bancários de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses ativos financeiros referem-se a depósitos bancários e fundos de renda fixa e aplicações em fundos de investimentos.

05 – OUTROS INVESTIMENTOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2011	2010
Investimentos circulantes		
Aplicações financeiras	21.809	17.510
Total com aplicações financeiras	21.809	17.510
Investimentos não circulantes		
Aplicações financeiras	6.271	5.642
Total com aplicações financeiras	6.271	5.642
Saldo de Aplicações Financeiras	28.080	23.152

As aplicações financeiras são conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses ativos financeiros referem-se a depósitos bancários e fundos de renda fixa e aplicações em fundos de investimentos.

Essas aplicações financeiras em CDB's são remuneradas por taxas variáveis de 98,0% a 112,1% do CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha. Os fundos CDI's representam aplicações bloqueadas obtidas junto à Agência Nacional de Águas (ANA), cujas liberações estão atreladas à operação das Estações de Tratamento de Esgoto em atender metas de produtividade e de qualidade. Esses investimentos financeiros também têm sua remuneração atrelada ao CDI, com taxa média de 108,4% do CDI.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

Notas Explicativas

06 – CONTAS A RECEBER E FORNECIMENTOS A FATURAR

	2011	2010
Circulante:		
Água e esgoto – consumidores	68.310	64.160
Água e esgoto – partes relacionadas	11.674	10.557
Fornecimentos a faturar	11.940	10.668
Contratos de prestação de serviços - consumidores	8.301	4.584
Contratos de prestação de serviços – partes relacionadas	11.201	11.150
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	4.128	4.799
Contratos de parcelamento de débitos – partes Relacionadas	1	-
	115.555	105.918
Menos:		
Provisão para perdas (Lei 9.430/96)	(13.508)	(11.928)
Provisão para devedores duvidosos	(6.027)	(3.184)
Ajustes a valor presente	(2.884)	(3.561)
	(22.419)	(18.673)
Saldo líquido de contas a receber circulante	93.136	87.245
	2011	2010
Não circulante:		
Contratos de prestação de serviços – consumidores	7.493	9.547
Contratos de prestação de serviços – partes relacionadas	31.416	44.168
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	1.056	1.492
Contratos de parcelamento de débitos – partes relacionadas	3	-
	39.968	55.207
Menos:		
Ajustes a valor presente	(4.199)	(6.804)
Saldo líquido de contas a receber não circulante	35.769	48.403
Total	128.905	135.648

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos:

	2011	2010
Créditos a vencer	117.664	126.331
Créditos em atraso de 1 mês	13.611	13.058
Créditos em atraso acima de 01 mês até 3 meses	4.714	2.983
Créditos em atraso acima de 03 meses até 6 meses	3.779	3.551
Créditos em atraso acima de 6 meses até 12 meses	4.621	4.405
Créditos em atraso acima de 12 meses	11.134	10.797
Total	155.523	161.125
(-) Provisões	(19.535)	(15.112)
(-) Ajuste a valor presente	(7.083)	(10.365)
Total	128.905	135.648

A provisão para devedores duvidosos totalizou em 31 de dezembro de 2011, R\$ 6.027 (R\$ 3.184 em 2010), com base no histórico de perdas, no montante de R\$19.535(R\$ 15.112 em 2010), excluindo os créditos contabilizados em provisão para perdas, no valor de R\$ 13.508 (R\$ 11.928 em 2010).

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

Notas Explicativas**07- ESTOQUES**

	2011	2010
Materiais químicos	720	565
Materiais de aplicação em redes de água e esgoto	7.221	7.444
Materiais de manutenção de redes de água e esgoto	1.198	1.213
Materiais de expediente e consumo	416	357
Outros	440	330
	9.995	9.909

08 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	2011	2010
COFINS a compensar (a)	3.084	2.810
PASEP a compensar (a)	713	649
INSS a compensar – Cooperativas Médicas (b)	1.775	2.121
COFINS diferida – órgãos públicos (artigo 7º Lei 9.718/98)	829	829
IRPJ e CSLL a recuperar ©	1.165	1.043
PASEP diferido – órgãos públicos (artigo 7º Lei 9.718/98)	180	180
IRRF sobre aplicações financeiras e outros	15	5
Impostos e contribuições retidos – órgãos públicos	10	11
	7.771	7.648

- a. Em razão da imunidade tributária obtida a partir de 11 de fevereiro de 2009, conforme comentado na nota explicativa nº 19(e), a Companhia mudou o critério de cálculo da COFINS e do PASEP de não cumulativo para cumulativo, a partir de maio de 2010, o que gerou valores a recuperar de COFINS, no montante de R\$ 12.610 e de PASEP no montante de R\$ 2.744, relativo aos exercícios de 2009 (período de fevereiro a dezembro) e 2010 (período de janeiro a março), que posteriormente será realizado mediante compensação com outros tributos federais.
- b. Em julho de 2007, foi registrado o crédito relativo ao INSS a compensar, em função do recolhimento a maior sobre as faturas da UNIMED, no período de julho de 2003 a julho de 2007, no montante de R\$ 1.454, no exercício de 2011 foi recuperado através de compensações das contribuições o montante de R\$ 444 (R\$ 239 no exercício de 2010).
- c. Os saldos de IRPJ e CSLL a recuperar são relativos a saldos negativos dos exercícios de 2007 e 2008 referentes às retenções na fonte e pagamentos a maior.

09 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

		2011		2010
	Base de Cálculo	Contribuição Social	Total	Total
Provisão para devedores duvidosos	6.027	543	543	287
Benefícios a empregados	69.256	6.233	6.233	5.589
Ajustes (RTT)	(2.202)	(198)	(198)	536
Contingências cíveis	443	40	40	40
Contingências fiscais	971	87	87	-
Contingências trabalhistas	5.122	461	461	228
Total das Provisões:		7.166	7.166	6.680

Notas Explicativas

10 – BANCOS – CONTAS VINCULADAS

		Data	Obra	Previsão de Resgate	2011	2010
PRODES-002/2001	1	09/10/2001	ETE Santa Mônica / Vó Pureza	Março/2011	-	247
PRODES-034/2002	1	13/12/2002	ETE Sousas	Março/2012 a Dezembro/2015	2.573	2.312
20/308.067-8	2	12/04/2004	ETE Piçarrão	Março/2014	1.839	1.650
150.167-62	2	07/01/2003	ETE Anhumas	Janeiro/2016	795	714
157.950-07	2	12/04/2004	Sistema Anhumas	Abril/2022	211	189
20/308.072-8	2	12/04/2004	Sistema Boa Vista	Julho/2014	196	175
20/308.071-0	2	12/04/2004	Sistema Br.Geraldo	Julho/2014	292	262
20/308.070-2	2	12/04/2004	ETE Sousas	Julho/2021	36	27
20/308.074-4	2	12/04/2004	Sistema Sousas	Junho/2014	204	183
20/308.073-6	2	12/04/2004	Sistema Piçarrão	Junho/2022	23	21
20/299.470-5	2	12/04/2004	ETE Barão Geraldo	Julho/2014	102	92
20/308.066-0	2	12/04/2004	ETE Boa Vista	Julho/2014	-	17
20/308.068-6	2	12/04/2004	ETE San Martin		-	-
Saldo total					6.271	5.889
Circulante					-	247
Não circulante					6.271	5.642

Os valores classificados no curto prazo são parte integrante da conta “Aplicações Financeiras” (nota explicativa nº 05)

A SANASA recebeu R\$ 253 em 2011, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) na forma da conclusão do processo de certificação da ETE Santa Mônica / Vó Pureza, tendo a SANASA atingido todas as metas estabelecidas em contrato.

- **Caixa Econômica Federal – FIF Despoluição Bacias Hidrográficas:** Os resgates iniciais estão vinculados às condições estabelecidas nos Contratos de Pagamento do Esgoto Tratado, firmados com a Agência Nacional de Águas (ANA):
 - **Contrato PRODES 034/2002 – ETE Sousas:** Em julho de 2009, a ANA vistoriou a situação da ETE Sousas, verificando estarem suas obras civis em andamento, às quais deverão estar concluídas em 2012.
- **Caixa Econômica Federal – FIF Capital RF LP Prossaneamento Reserva:** Conta de titularidade da SANASA, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio, durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento, cujos recursos destinam-se à regularização de eventual inadimplemento. Os resgates se darão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2011	2010
Depósitos judiciais – processos cíveis	8.410	6.863
Depósitos recursais - FGTS	3.111	2.070
Autos de penhoras trabalhistas	1.466	1.433
Outros	374	349
	13.361	10.715

Notas Explicativas

12 – ATIVO IMOBILIZADO

	Terrenos e edifícios	Sistemas de Água e esgoto	Veículos, máquinas e equipamentos	Instalações, móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Benfeitorias em imóveis terceiros	Bens em Construção	TOTAL
Custo								
Saldo em 1º de Janeiro de 2010	110.340	440.613	62.730	195.904	7.684	16.898	120.707	954.876
Adições	262	1.496	3.029	1.222	631	-	90.812	97.452
Alienações	(19)	-	(518)	(284)	(321)	-	(21)	(1.163)
Transferências	1.874	49.434	858	1.247	-	-	(53.413)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	112.457	491.543	66.099	198.089	7.994	16.898	158.085	1.051.165
Adições	176	2.083	4.457	1.446	81	30	79.521	87.794
Alienações	-	-	(967)	(131)	(185)	-	-	(1.283)
Transferências	599	21.795	27	1.020	-	-	(23.441)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	113.232	515.421	69.616	200.424	7.890	16.928	214.165	1.137.676
Depreciação e perdas no valor recuperável								
Saldo em 01 de Janeiro de 2010	(24.391)	(181.286)	(31.948)	(128.599)	(5.317)	(1.372)	-	(372.913)
Depreciação no exercício	(2.357)	(12.606)	(5.080)	(9.401)	(674)	(675)	-	(30.793)
Alienação	-	-	279	252	319	-	-	850
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(26.748)	(193.892)	(36.749)	(137.748)	(5.672)	(2.047)	-	(402.856)
Depreciação no exercício	(2.375)	(14.139)	(5.435)	(9.379)	(672)	(679)	-	(32.679)
Alienação	-	-	948	119	182	-	-	1.249
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(29.123)	(208.031)	(41.236)	(147.008)	(6.162)	(2.726)	-	(434.286)
Valor Contábil								
Em 31 de Dezembro de 2010	85.709	297.651	29.350	60.341	2.322	14.851	158.085	648.309
Em 31 de Dezembro de 2011	84.109	307.390	28.380	53.416	1.728	14.202	214.165	703.390

Notas Explicativas

As vidas úteis estimadas para os exercícios de 2011 e 2010 são as seguintes:

	Tempo de vida útil estimada
	A partir de 01 de janeiro de 2010
Sistema Operativo de Esgoto	25 anos
Sistema Operativo de Água	50 anos
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros, Relacionado ao Sistema de Esgoto	25 anos
Edificações - Esgoto	25 anos
Edificações - Demais	50 anos
Instalações , Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e Periféricos	5 anos
Máquinas Operatrizes	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

- a) As vidas úteis dos edifícios e dos sistemas de água foram revisadas conforme o pronunciamento técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, passando de 25 anos para 50 anos em média, com exceção das edificações pertencentes aos sistemas de esgoto que permaneceram com tempo de vida útil de 25 anos. A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, após a adoção desse pronunciamento, a partir de 01 de janeiro de 2010, foi de R\$ 32.679, ou seja, R\$ 4.878 inferior ao valor de R\$ 37.555, caso a Companhia não tivesse efetuado essa mudança.
- b) Bens em Construção: o total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no exercício de 2011 foi de R\$ 87.794 (R\$ 97.452 em 2010). Desse montante, destacam-se as obras em andamento: **a)** Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Capivari II; **b)** Sistemas de esgotamento sanitário das regiões do Aeroporto de Viracopos; **c)** ETE Sousas/Joaquim Egídio; **d)** ETE San Martin; **e)** Implantação de sistema de monitoramento de vazão e substituição de redes de distribuição de água no Jardim Proença e **f)** ETE Bosque das Palmeiras e travessias.

Entre as obras que iniciaram suas operações em 2011, destacam-se o Sistema de Abastecimento de Água na Região do Viracopos e o Sistema de Esgotamento Sanitário da Vila Costa e Silva, sendo os valores dos investimentos transferidos da conta de obras em andamento para as respectivas contas patrimoniais.

- c) Provisão para redução ao valor recuperável: foi desenvolvido um relatório de teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1º de novembro de 2008.

Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva.

Através das análises efetuadas, concluiu-se não existir, indicação de uma possível desvalorização dos ativos.

- d) Os juros capitalizados são oriundos de financiamentos obtidos junto ao banco Caixa Econômica Federal com juros de 6,5% e 12% ao ano, para obras dos sistemas de água e esgoto.

Notas Explicativas

Composição da capitalização dos juros por obras:

Banco / Obras	2011	2010
Caixa Econômica Federal – ETE Sousas	228	333
Itaú BBA – Sistema Boa Vista	103	261
Unibanco – Sistema Joaquim Egídio	141	314
Caixa Econômica Federal – Sistema Piçarrão	-	265
Itaú BBA – ETE Boa Vista		27
	472	1.200

13 – ATIVOS INTANGÍVEIS

	Direito de uso de Software	Permissão de uso de Solo	TOTAL
Custo			
Saldo em 1º de Janeiro de 2010	4.586	2.583	7.169
Aquisições	624	202	826
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	5.210	2.785	7.995
Aquisições	267	3	270
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	5.477	2.788	8.265
Amortização e perdas no valor recuperável			
Saldo em 01 de Janeiro de 2010	(2.811)	(115)	(2.926)
Amortização	(618)	(87)	(705)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(3.429)	(202)	(3.631)
Amortização	(650)	(105)	(755)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(4.079)	(307)	(4.386)
Valor Contábil			
Em 31 de Dezembro de 2010	1.781	2.583	4.364
Em 31 de Dezembro de 2011	1.398	2.481	3.879

Notas Explicativas

14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2011	2010
Passivo circulante		
Empréstimos bancários garantidos	33.404	33.455
Passivos de arrendamento financeiro	1.179	1.059
Total no passivo circulante	34.583	34.514
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários garantidos	191.695	217.814
Passivos de arrendamento financeiro	57.693	58.871
Total no passivo não circulante	249.388	276.685
Total Empréstimos e financiamentos	283.971	311.199

Termos e Cronogramas de Amortização da Dívida

Financiamentos	Vencimento Final	Moeda	Encargos	31/12/2011 Valor Contábil	31/12/2010 Valor Contábil
Banco do Brasil	2014	R\$	Variação da BTN-TR mais juros de 11,5% a.a.	12.450	16.833
Unibanco	2014	R\$	Variação da UPR mais juros de 8,00% a. a.	13.198	15.847
Caixa Econômica Federal	2019	R\$	Variação da UPF e da UPR mais juros de 6,5% a 12,0% a.a.	52.240	57.993
Itaú – BBA	2014		Variação da UPR mais juros de 8,00% a. a.	1.114	1.470
Total Financiamentos				79.002	92.143
Finames	Vencimento Final		Encargos	31/12/2011 Valor Contábil	31/12/2010 Valor Contábil
Banco Fibra	2014	R\$	Variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP mais juros de 4,80% a 7% a.a.	2.908	3.504
Banco Sofisa	2015	R\$	Variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP mais juros de 4,80% a 10,40 a.a.	1.429	2.112
Total Finames				4.337	5.616
Empréstimos	Vencimento Final		Encargos	31/12/2011 Valor Contábil	31/12/2010 Valor Contábil
Banco Paulista	2018	R\$	Variação de 108% do CDI sobre saldo devedor ou variação do INPC mais juros de 9% a.a.	53.502	67.845
Credit Suisse	2018	R\$	Variação de 100% do CDI mais 4% a.a.	100.794	100.682
Total de Empréstimos				154.296	168.527
Encargos antecipados				(12.536)	(15.017)
Total de Empréstimos				141.760	153.510
Total de empréstimos e financiamentos				225.099	251.269

Notas Explicativas

Arrendamentos Financeiros	Vencimento Final	Encargos	31/12/2011	31/12/2010
			Valor Contábil	Valor Contábil
Foz de Capivari S/A	2029	Atualização monetária pela variação ponderada do IGPM e TR , conforme contrato, mais juros de 0,95% a.m.	58.546	59.515
Banco Safra	2016	Juros de 4,5% a.a.	326	415
Total de arrendamento financeiro			58.872	59.930

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo com empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros.	Valor Contábil	Valor Contábil
Circulante	34.583	34.514
Não Circulante	249.388	276.685

Descrição	2011		2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	34.514	276.685	63.132	256.362
Desembolsos	1.531	1.704	384	104.532
Juros	36.070	-	36.304	112
Atualizações monetárias	5.285	771	5.390	681
Transferências	32.085	(32.085)	79.569	(79.569)
Encargos Financeiros	-	-	-	(9.133)
Transferência enc.financeiro	(2.313)	2.313	(3.700)	3.700
Realização enc.financeiro antecipados	2.482	-	2.719	-
Amortizações	(75.071)	-	(149.284)	-
Saldo no final do exercício	34.583	249.388	34.514	276.685

Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos e financiamentos tinham o seguinte cronograma de amortização:

	2012	2013	2014	2015	2016	Acima de 5 anos	TOTAL
Financiamentos	20.202	21.354	13.983	8.351	2.866	12.246	79.002
Empréstimos	11.842	10.175	31.993	29.243	27.193	31.314	141.760
Finame	1.815	1.491	749	170	112	-	4.337
Total	33.859	33.020	46.725	37.764	30.171	43.560	225.099

Notas Explicativas

Os pagamentos futuros mínimos relativos ao arrendamento da ETE Capivari I estão segregados da seguinte forma:

	2011			2010		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	1.185	8.571	9.756	1.059	8.030	9.089
De um a cinco anos	7.948	40.510	48.458	7.220	38.051	45.271
Acima de cinco anos	49.739	63.561	113.300	51.651	62.895	114.546
Total	58.872	112.642	171.514	59.930	108.976	168.906

Financiamentos:

Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto, com destaque para as Estações de Tratamento de Esgoto. Alguns desses contratos de financiamentos foram captados juntos aos bancos Itaú BBA S.A. e Unibanco, que possuem os seguintes *covenants* financeiros:

- Manter proporção EBITDA sobre o faturamento líquido em no mínimo 25%;
- Manter uma relação entre o EBITDA e o serviço da dívida de no mínimo 1,5;
- Manter uma relação entre o valor do Exigível Total, incluindo-se obrigações decorrentes de operações de arrendamento mercantil financeiro e o patrimônio líquido de no máximo 70/30;
- Manter o faturamento anual de no mínimo R\$ 180.000 (Cento e oitenta milhões de reais) em 2004 e anos seguintes.

Estas operações estão garantidas por notas promissórias, cauções de duplicatas, ativos imobilizados (que compõem os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Campinas), arrecadação tarifária, avais ou quotas do Fundo de Participação dos Municípios da Prefeitura Municipal de Campinas.

Financiamentos FINAME:

As liberações de FINAME foram destinadas às aquisições de máquinas, equipamentos e hidrômetros. Foram firmados treze contratos de FINAME junto ao Banco Sofisa para a aquisição dos seguintes objetos: 5.000 hidrômetros unijato $\frac{3}{4} \times 0,75$ m3/h no valor total de R\$ 188,5; 500 hidrômetros unijato $\frac{3}{4} \times 1,5$ m3/h no valor total de R\$ 17,4; 1.000 hidrômetros unijato/multijato $\frac{3}{4} \times 2,5$ m3/h no valor total de R\$ 43,9 ; 5.000 hidrômetros unijato $\frac{3}{4} \times 0,75$ m3/h no valor total de R\$ 179 ; 5.000 hidrômetros unijato $\frac{3}{4} \times 0,75$ m3/h, no valor total de R\$ 188,5 ; 500 hidrômetros unijato $\frac{3}{4} \times 1,5$ m3/h no valor total de R\$ 17,4 ; 2.000 hidrômetros unijato/multijato $\frac{3}{4} \times 2,5$ m3/h, no valor total de R\$ 87,8 ; 500 hidrômetros unijato/multijato $1 \times 3,5$ m3/h, no valor total de R\$ 83,8 ; 25 hidrômetros unijato/multijato $1,1/2 \times 10$ m3/h, no valor total de R\$ 7,5 ; 10 carrocerias basculante metálica capacidade 6 m3 no valor total de R\$ 175 ; 1 equipamento auto vácuo tipo Esgota Fossa, no valor total de R\$ 151,8 ; 1 equipamento auto tanque para transporte de água potável, no valor total de R\$ 50 e 5.000 hidrômetros unijato $\frac{3}{4} \times 0,75$ m3/h, no valor total de R\$ 138,5.

Empréstimos:

No dia 21 de julho de 2010, a Companhia firmou 24 (vinte e quatro) contratos de empréstimos com o Banco Credit Suisse Brasil S.A., através da emissão de Células de Crédito Bancário (CCB's) no montante de R\$ 100.000 e vencimento até 2018, sendo que o desembolso destes empréstimos foram divididos em duas partes: **a)** a primeira no total de R\$ 70.000, foi desembolsada no dia 21 de julho de 2010 e **b)** a segunda parte, na soma de R\$ 30.000 ocorreu no dia 21 de dezembro de 2010. A Companhia aproveitou a liquidez existente no mercado para trocar algumas operações de CCB com a redução de taxas de remuneração dos empréstimos e alongamento do prazo da dívida, mantendo assim a estrutura de capital adequada às necessidades de investimentos.

Com os contratos de empréstimos junto ao Banco Credit Suisse Brasil S.A. a SANASA passou a estar sujeita aos seguintes *covenants*:

- A relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses da emitente não poderá ser superior a:
 - Para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2010 (inclusive), 5,00x (cinco);
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2010 (exclusive) até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2011 (inclusive), 4,50x (quatro vírgula cinco);
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2011 (exclusive) até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), 4,00x (quatro); e

Notas Explicativas

- Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (exclusive), 3,50x (três vírgula cinco).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 (doze) meses da emitente não poderá ser inferior a:
 - Para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), 1,50x (um vírgula cinco); e
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (exclusive), 2,00x (dois).
- c) A relação entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido da Emitente não poderá ser superior a 1,30x (um vírgula três); e
- d) A relação entre Ativo Circulante e o Passivo Circulante da Emitente não poderá ser inferior a 0,90x (zero vírgula nove).

Os encargos financeiros correspondem: **a)** Aos serviços de coordenação e estruturação prestados pelo credor da operação ofertada, Banco Crédit Suisse Brasil S.A., no montante de R\$ 9.133; e **b)** Aos encargos financeiros antecipados sobre empréstimos de capital de giro obtidos junto ao Banco Paulista S.A.. Esses valores são transferidos proporcionalmente para o resultado, mensalmente, durante toda a vigência contratual.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia atendeu todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos.

Arrendamentos Mercantil Financeiros

No final de 2007 a SANASA firmou contrato de arrendamento mercantil com a Capivari Ambiental S.A. (atual Foz de Capivari S.A.) para arrendamento do ativo ETE Capivari I, que estabelece um prazo de locação de 20 anos. O valor registrado no ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2008, foi de R\$ 71.597 e as contrapartidas foram contabilizadas em passivo circulante (R\$ 8.700) e passivo não circulante (R\$ 62.897). Em 31 de dezembro de 2011 o valor contábil líquido da ETE Capivari I é de R\$ 60.282 (R\$ 67.379 em 2010).

Com o início da operação da ETE Capivari I, a partir de outubro de 2009 a SANASA passou a pagar o valor mensal de R\$ 804 do arrendamento.

15 – TÍTULOS A PAGAR

Em 7 de março de 1991, mediante Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra, a SANASA adquiriu um terreno da Irmandade de Misericórdia de Campinas, doado à Entidade pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo, destinado à construção de sua nova sede social.

Através do item 4 do Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra, foi convencionado o preço certo de Cr\$ 500.000.000,00, sendo: 1) Cr\$ 480.000.000,00, em dinheiro; e 2) fornecimento de água tratada aos próprios da Irmandade/Hospital Irmãos Penteado pelo prazo de 30 anos, a contar da data da escritura.

Até 31 de dezembro de 2001, a Administração da SANASA contabilizava os valores pagos a título de aquisição desse imóvel como adiantamento para futura imobilização, incluindo além dos valores pagos em dinheiro (1991 a 1992), os fornecimentos de água / coleta de esgoto do Hospital Irmãos Penteado, referentes ao período de maio de 1989 a dezembro de 2001.

A partir de 1º de janeiro de 2002, adotou-se a seguinte mudança no tratamento contábil, tendo em vista a decisão transitada em julgado: o saldo atualizado desses valores, no montante de R\$ 5.119, correspondente ao período acima citado, foi transferido para a conta definitiva de Terrenos (Ativo Imobilizado), sendo considerado mais do que suficiente para servir como base de valor para esse imóvel.

Em seguida, foi registrado o passivo de R\$ 12.622, resultado da multiplicação de 230 meses restantes, até fevereiro de 2021, pelo consumo/mês fixado, conforme contrato em 4.000 m³ e pela tarifa média de dezembro de 2001 em R\$ 13,72. Tal contabilização foi fundamentada no reconhecimento de uma dívida assumida já que, até o posicionamento do STJ, não se tinha como certa a legalidade da aquisição do terreno. Esse valor refere-se ao custo financeiro da aquisição do terreno, como uma variação monetária atrelada à tarifa da água, no decorrer do período de 1991 a 2001.

Com a finalidade de abater o IRPJ e a CSLL incidentes sobre o Lucro Real gerado por suas atividades, foi reconhecido nos controles dos prejuízos na Parte B do livro LALUR e nos controles internos de Bases de Cálculo Negativas da CSLL, o valor de R\$ 11.593. Isso, baseado no fato de que seus efeitos não seriam diferentes, caso fossem contabilizados em seus respectivos períodos de competência, de acordo com o artigo 26 da Instrução Normativa SRF 51/95.

O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 12.721 (R\$ 13.571 em 2010), cuja abertura entre circulante e não circulante segue abaixo:

Notas Explicativas

	2011	2010
Saldo de Títulos a pagar	12.721	13.571
Circulante	1.388	1.335
Não Circulante	11.333	12.236

16 – PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2011 e, 2010, relativos a partes relacionadas, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações de fornecimento de serviços de água e esgoto da Companhia com a sua principal acionista e controladora, a Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), que são realizadas em condições usuais de mercado, bem como pagamento de dividendos.

Os saldos de vendas, serviços contratados e outras movimentações entre a SANASA e a Prefeitura Municipal de Campinas estão detalhados abaixo:

	2011		2010	
	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Ativo Circulante	Ativo não circulante
Créditos SANASA (Incluído na nota explicativa nº06)				
- Fornecimento de água e esgoto	11.674		10.557	-
- Prestação de serviços	11.201	31.416	11.150	44.168
- Parcelamento de débito	1	3		
	22.876	31.419	21.707	44.168

Fornecimento de água e esgoto: Com prestações de serviços de abastecimento de água e saneamento a SANASA faturou, no exercício de 2011, junto a PMC e suas Secretarias, o montante de R\$ 17.905 (R\$ 18.344 em 2010). Com outros serviços prestados à PMC, a SANASA obteve um faturamento de R\$ 382 (R\$ 18.676 em 2010). Já com parcelamento de débito à PMC a SANASA obteve em 2011, um faturamento de R\$ 4.

	2011		2010	
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante
Créditos PMC				
- Dividendos a pagar	-	-	928	-
- Fundap	417		394	-
- ISSQN	235		510	
	652	-	1.832	-

No exercício de 2011, a Companhia pagou remuneração total aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal de R\$ 219 (R\$ 214 em 2010) e à Diretoria o montante de R\$ 1.516 (R\$ 1.005 em 2010), que referem-se a benefícios a empregados de curto prazo. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$ 405 (R\$ 318 em 2010). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios pós-emprego de previdência privada e outros benefícios, tais como: assistência médica e seguro de vidas para seus Diretores, no total de R\$ 142 (R\$ 92 em 2010).

Notas Explicativas**17 – SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS**

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Obrigações Trabalhistas		
- Salários e ordenados	187	202
- Provisão para férias	14.558	13.564
	14.745	13.766
Obrigações Sociais		
- INSS	3.653	3.428
- FGTS	1.026	934
	4.679	4.362
	19.424	18.128

18 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Participações no resultado	4.023	3.875
Previdência privada	477	438
Provisão de benefícios pós-emprego	69.257	62.100
	73.757	66.413
 Circulante	 8.177	 6.893
Não Circulante	65.580	59.520

a) Entidade de previdência privada – Contribuição definida

Em cumprimento ao acordo coletivo de trabalho do período 2004/2006, foi formalizado com a Fundação Petrobrás de Seguridade Social (PETROS), em 23/12/2004, Convênio de Adesão com a finalidade de instituir o Plano Misto de Benefícios Previdenciários dos Trabalhadores da SANASA, de Contribuição Definida.

Com 1.008 adesões, o Plano prevê o recolhimento por parte da Companhia, a título de Contribuição Ordinária, do importe mensal de 6% dos salários nominais dos participantes. Os participantes, por outro lado, contribuirão com o percentual de 6% a 8% de seus salários nominais, obedecendo a uma tabela de limites pré-estabelecidos, constantes do Termo de Adesão.

De acordo com o regulamento do Plano, a Companhia oferece aos funcionários que aderiram até 19/04/2005, na condição de participantes fundadores, o pagamento de 50% do serviço passado, valor equivalente a 45% do salário nominal por fração anual de seu tempo de serviço na Companhia, desde a sua admissão. O montante dessa alocação financeira é de R\$ 17.121, financiado junto à PETROS, pelo prazo de 195 meses, com taxa de 6% a.a. mais a variação do INPC/IBGE, conforme Instrumento Particular de Compromisso e Assunção de Obrigações de Constituição Parcial das Reservas do Serviço Passado do Plano Misto de Benefícios Previdenciários dos Trabalhadores da SANASA e Outras Avenças, assinado em 30 de novembro de 2005.

Em 31 de dezembro de 2011, a situação quanto aos pagamentos realizados das obrigações assumidas ficaram assim:

	Acumulado em:	
Custo do Serviço Passado	<u>2011</u>	<u>2010</u>
O valor do custo do serviço passado (com juros):	(31.134)	(30.517)
O valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço:	<u>17.109</u>	<u>18.910</u>
Passivo reconhecido	<u>(14.025)</u>	<u>(11.607)</u>

Notas Explicativas

	2011	2010
Movimentação do custo do serviço passado		
Passivo líquido no início do exercício	(194)	(183)
Variação do passivo no exercício	(2.418)	(2.264)
Contribuições da patrocinadora pagas no período	2.406	2.253
Passivo líquido	(206)	(194)
Custos e despesas reconhecidas no resultado		
Serviço corrente (com juros)	3.380	3.246
Serviço passado amortizado	2.418	2.264
Total da despesa reconhecida no resultado	5.798	5.510
	2011	2010
Saldo do Balanço		
Plano de previdência complementar	271	244
Plano de previdência serviço passado	206	194
	477	438

A Companhia também viabilizou, em 2005, a criação do Plano de Aposentaria Incentivada (PAI), que ofereceu aos funcionários em condições de se aposentarem e que tinham feito adesão ao Plano de Previdência, a possibilidade de saírem com um complemento de pensão. Isso possibilitou a desoneração da folha de pagamento, permitindo cobrir integralmente as despesas com o Plano de Previdência Complementar. Em atendimento ao Acordo Coletivo da categoria, a Companhia prorrogou o PAI até 31 de agosto de 2007. Ao todo, 124 funcionários aderiram ao programa.

b) Outros benefícios pós-emprego

- Indenização por aposentadoria

A Companhia concede a seus funcionários que se aposentem por tempo de serviço, por idade ou por invalidez, uma indenização equivalente a 06 salários nominais mais a função gratificada e vigente à época do desligamento, mais o valor equivalente à multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios, paga em uma única vez.

- Assistência médica

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais Assistência Médica por um período de 30 (trinta) meses, limitada a 30 consultas no período, intercambiáveis entre si.

A Companhia adota a norma do CPC 33 - Plano de Benefícios a Empregados e NPC 26 – Contabilização de Benefícios a Empregados. Para os benefícios de Indenização por aposentadoria e Assistência médica, foi provisionado, no exercício de 2011, o montante de R\$ 70.238 (R\$ 62.100 em 2010).

A Companhia contabiliza um passivo quando o empregado prestou serviços e terá direito a benefícios a serem pagos no futuro e registra uma despesa na medida que a Companhia se beneficia dos serviços por eles prestados. No exercício de 2011 a Companhia pagou dos benefícios acima o montante de R\$ 295 (R\$ 640 em 2010). As principais premissas utilizadas foram a utilização para fins de provisão de 100% dos funcionários elegíveis devido o histórico de rotatividade e mortalidade que compõe a base de 1.358 funcionários em 2011(1.536 em 2010), bem como as taxas de desconto e de aumento salariais foram baseadas na inflação.

c) Participação no Resultado

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho e com o que determina a Lei 10.101/2000, a SANASA manteve o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR), baseado em metas operacionais e de redução de custos previamente estabelecidas. O montante dessa participação para o exercício de 2011 foi de R\$ 5.984 (R\$ 5.613 em

Notas Explicativas

2010).

19 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração da SANASA, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	2011			2010		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Trabalhistas	5.122	(778)	4.344	2.528	(372)	2.156
Fiscais	971	-	971	-	-	-
Cíveis	443	-	443	443	-	443
Total	6.536	(778)	5.758	2.971	(372)	2.599

Processos Trabalhistas: Referem-se basicamente a reclamações envolvendo adicional de insalubridade e periculosidade, equiparações salariais, horas extras, além de pretensas irregularidades nos contratos de trabalho (terceirizados). O valor provisionado de R\$ 5.122 é composto por: **a)** 54 processos de funcionários de empresa terceirizada, no montante de R\$ 2.275 e **b)** 11 processos de funcionários próprios na soma de R\$ 2.847. Não foram provisionados, por não representarem chances possíveis de perdas, 441 reclamações de funcionários próprios e terceirizados, no montante de R\$ 14.126;

Processos Fiscais: Em julho de 2007, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com pedido de Liminar com intuito de suspender a exigibilidade do crédito tributário das contribuições PASEP e COFINS sobre os clientes inadimplentes, permitindo assim que os valores de vendas que transformadas mensalmente em clientes incobráveis, em razão do inadimplemento, fossem excluídas da base de cálculo de tais contribuições. Em agosto de 2007, foi concedida liminar pleiteada, garantindo à Companhia a exclusão das receitas inadimplidas da base de cálculo do PASEP E COFINS. Em novembro de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) através do julgamento do Recurso Extraordinário (RE 586482), entendeu, por maioria dos votos que deve incidir PASEP e COFINS sobre as vendas inadimplidas. Assim, por orientação do escritório de advocacia Lima Junior Advogados e Consultores, responsáveis por esta ação, a Sociedade passou a não mais excluir da base de cálculo do PASEP e COFINS as receitas inadimplidas e provisionar o valor de R\$ 971, devido as chances de perda ter mudado de possível para provável. Parte do crédito foi lançado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas, através do Auto de Infração 10.830.724.822/2011-21.

Processos Cíveis: Os casos mais frequentes são os de restabelecimento de ligações de água, desapropriações e indenizações por danos em imóveis, compostos por 30 processos no total de R\$ 443. Não foram contabilizadas provisões de 902 processos no montante de R\$ 54.028 por não representarem chances possíveis de perdas.

A movimentação das provisões para contingências no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, tem a seguinte composição:

Descrição	2011			2010		
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Cível	Trabalhista	Fiscal
Saldo Inicial	443	2.528	-	443	301	-
Adição à provisão	-	2.616	971	-	2.274	-
Utilização	-	(22)	-	-	(47)	-
Saldo no Final	443	5.122	971	443	2.528	-

Não foram reconhecidas provisões de processos que, segundo posicionamento das assessorias jurídicas interna e externa, possui chances de êxito, possíveis ou prováveis. Dentre estes, os principais são:

- a) Fiscais e previdenciárias:** No dia 11 de dezembro de 2007 a SANASA tomou ciência de Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos (NFLD) e Autos de Infrações (AI), nas quais apontaram créditos de encargos sociais de R\$ 4.254 e R\$ 1.349, respectivamente, totalizando R\$ 5.603, entre principal e multa, resultantes da auditoria fiscal da Previdência Social que ocorreu entre os períodos de 06 de março a 03 de dezembro de 2007, relativo aos exercícios de janeiro de 1997 a setembro de 2007.

Notas Explicativas

No período de 24 de novembro de 2008 a 01 de julho de 2009 a auditoria fiscal da Previdência Social em questão gerou 04 (quatro) Autos de Infrações (AI) que registraram créditos de encargos sociais no montante de R\$ 7.647 entre principal, multa e juros.

A SANASA manejou, tempestivamente, recursos administrativos ainda pendentes de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes da Secretaria da Receita Federal do Brasil).

- b) Ambientais:** Ação de Execução de Obrigação de Fazer, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, através do Senhor Promotor de Justiça do Meio Ambiente de Americana, objetivando compelir a SANASA a realizar obras dos sistemas de tratamento de esgotos em Campinas, representado pela provisão de multa diária de 0,001% ao dia sobre o valor da Ação de Execução, em R\$ 130.

Este processo deixou de ser provisionado em virtude de que a SANASA vem cumprindo o acordo celebrado nos autos da ação de execução de fazer.

c) Processos tributários de IRPJ e CSLL:

- No período de agosto de 2005 a fevereiro de 2006, a Delegacia da Receita Federal em Campinas enviou intimações solicitando esclarecimentos e documentação hábil sobre uma compensação a maior de prejuízo fiscal na DIPJ/2002, ano calendário 2001, devidamente atendidas sobre a contabilização em pauta, todas devidamente respondidas nos prazos fixados pela fiscalização. Isso, decorrente dos efeitos contábeis originados pela aquisição do terreno da Irmandade de Misericórdia de Campinas, onde se localiza a sede social da Companhia, conforme citado na nota explicativa nº 15 – Títulos a Pagar.

Em 17 de março de 2006, foi aberto mandado de procedimento fiscal estendendo a fiscalização para toda a tributação do período de 2001 a 2005, incluindo as contribuições COFINS e PASEP. A partir de março de 2006, mais 4 (quatro) intimações foram expedidas pela Secretaria da Receita Federal (SRF), encerrando-se o processo em julho de 2006.

Finalmente, em 08 de agosto de 2006 a Administração foi cientificada dos Autos de Infração do IRPJ e CSLL, apontando os créditos tributários de R\$ 9.823 e R\$ 2.393, respectivamente, totalizando R\$ 12.216, entre principal, multa e juros. Tais autos de infração foram acompanhados do Relatório de Ação Fiscal, onde expõem as pretensas razões de tratamento contábil/fiscal irregular.

Em 06 de setembro de 2006, a Companhia apresentou à Delegacia de Julgamentos da Receita Federal de Campinas sua impugnação, sendo que em 18 de outubro de 2006, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento apresentou acórdão considerando procedentes as exigências fiscais relativas ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Em 22 de novembro de 2006, foi protocolado recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, ainda pendente de julgamento. Não foi efetuada provisão, tendo em vista que a assessoria jurídica responsável pela defesa entende haver possível chance de êxito quanto à reversão da posição. Soma-se a este entendimento o recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais.

Em setembro de 2010, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas/SP enviou intimações solicitando esclarecimentos e documentação hábil sobre a compensação a maior do prejuízo fiscal na DIPJ/2007, ano calendário 2006 devidamente atendidas e respondidas nos prazos fixados pela fiscalização. Fiscalização também decorrente dos efeitos contábeis originados pela aquisição do terreno da Irmandade de Misericórdia de Campinas. Em 22 de setembro de 2011 a Sociedade foi cientificada dos Autos de Infração do IRPJ e CSLL, apontando os créditos tributários de R\$ 370 e R\$ 399, respectivamente, totalizando R\$ 769, entre principal, multa e juros. Em 21 de outubro de 2011 a Companhia apresentou a Delegacia da Receita Federal de Julgamento sua impugnação a qual aguarda ser julgada.

- Processo Tributário de IRPJ e CSLL:** Em conformidade com jurisprudência sedimentada no STJ, sobre os juros de mora recebidos a título de natureza indenizatória não sofrerem incidência de IRPJ e CSLL, a Companhia em 08 de julho de 2011 ingressou com medida judicial para ter tal benefício através do Processo 0008571-70.2011.403.6105, sendo o valor da causa o montante de R\$ 16.491.

No dia 13 de julho de 2011 foi deferido o pedido de liminar determinando a exclusão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os valores recebidos a título de juros de mora proveniente dos acréscimos legais das faturas inadimplidas referente aos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, mediante depósito integral e em dinheiro dos valores cobrados a esse título da impetrante.

Em 13 de setembro de 2011 foi denegada a segurança pleiteada após defesa apresentada pela Delegacia da

Notas Explicativas

Receita Federal do Brasil em Campinas. A Companhia em 19 de setembro de 2011 interpôs Embargos de Declaração, o qual aguarda ser julgado.

d) Processo cível sobre monopólio dos serviços de correios: Em 21 de fevereiro de 2008, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) ingressou com ação contra a SANASA e Lotus Serviços Técnicos Ltda. perante a 8ª Vara Federal de Campinas (processo nº 2008.61.05.001731-7), alegando violação de monopólio postal, em virtude da SANASA ter contratado a Lotus para prestar serviços de entrega de faturas de água/esgoto e avisos. A ECT pleiteia indenização de R\$ 20.989 a título de danos materiais (lucros cessantes). No dia 28 de abril de 2008, a Companhia fez a defesa contra essa pretensão. Como a questão do monopólio encontrava-se ainda pendente no Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria Jurídica entendia que a possibilidade de perda do processo era remota. Em 21 de maio de 2009 foi proferida sentença considerando a prescrição para parte dos valores pretendidos e ainda, no período admitido, acolheu somente parcela do faturamento tida como lucro efetivo. No dia 05 de agosto de 2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu manter o monopólio postal da ECT (esta decisão acerca do monopólio ainda poderá ser objeto de embargos declaratórios para esclarecimentos de obscuridade quanto à definição do conceito de alguns serviços, objeto da demanda), fato que reforça os fundamentos da sentença proferida nesta ação de indenização. Por esta razão, conforme entendimento da Procuradoria Jurídica, a possibilidade de perda do processo alterou de remota para possível, porém com substancial redução do valor pretendido. Dessa forma, estima-se que o valor possível de perda é de R\$ 456, considerando que a margem líquida da ECT foi de 6,8% em 2010, conforme balanço publicado. Vale destacar ainda que, mantida a sentença, o valor da condenação deverá ser suportado tanto pela SANASA quanto pela Lotus.

e) Imunidade Tributária Federal: Em virtude do recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária, relativa ao Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PASEP, às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais, a Companhia, em 14 de novembro de 2008, ingressou com medida judicial para se beneficiar da referida imunidade através do Processo 2008.61.05.011866-3. Por se tratar de uma contingência ativa, este processo somente será reconhecido nas demonstrações financeiras quando seu ganho for praticamente certo.

No dia 11 de fevereiro de 2009 foi deferida parcialmente a tutela antecipada nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2008.03.00.048892-3, em trâmite perante o egrégio Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª região. Com isto a Companhia ficou desobrigada de apurar e recolher impostos federais a partir de fevereiro de 2009. Em 29 de janeiro de 2010 foi julgado parcialmente procedente o pedido da Companhia, reconhecendo-se a imunidade tributária e condenando a Receita Federal à restituição das quantias pagas indevidamente. Em 19 de abril de 2010 a União Interpôs Recursos de Apelação, ficando a matéria na pendência de decisão por parte do egrégio Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª região, permanecendo válidos os efeitos da Tutela Antecipada anteriormente acolhidos.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de estender às empresas públicas e às sociedades de economia mista os efeitos da imunidade tributária prevista no art. nº 150 da Constituição Federal, é de entendimento da administração da Companhia ser provável a chance de êxito neste processo, bem como não haver obrigação legal alusiva a impostos, pelo benefício constitucional concedido às empresas prestadoras de serviços públicos essenciais.

f) Imunidade Tributária Estadual: Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de estender às empresas públicas e às sociedades de economia mista os efeitos da imunidade tributária prevista no art. nº 150 da Constituição Federal, em 26 de janeiro de 2010 a SANASA ingressou com medida judicial perante a Justiça Estadual que, nos Autos do Recurso de Agravo de Instrumento (Processo nº 990.10.066671-1), em trâmite perante o Egrégio Tribunal de Justiça, deferiu tutela antecipada desobrigando a Companhia o recolhimento do IPVA. Em 10 de maio de 2010 o órgão colegiado decidiu por julgar totalmente improcedente o referido Recurso. Em 10 de junho de 2010, a SANASA interpôs Recurso Extraordinário, o qual se encontra pendente de remessa para o Colendo Supremo Tribunal Federal.

g) Imunidade Tributária Municipal: Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de estender às empresas públicas e às sociedades de economia mista os efeitos da imunidade tributária prevista no art. nº 150 da Constituição Federal, e considerando ainda que a SANASA teve reconhecido tal direito perante o E. Tribunal Regional Federal da 3ª. Região, em 06 de abril de 2010, foi requerido perante a Prefeitura Municipal de Campinas (Protocolo nº 10/10/12211), o reconhecimento da referida imunidade, sendo tal pedido acolhido conforme publicação no Diário Oficial do Município em 15 de maio de 2010, ficando a SANASA imune a Impostos Municipais.

20 – RECEITA DIFERIDA

• Subvenções Governamentais

A Companhia obteve da União, no exercício de 2011, recursos no montante de R\$ 41.784 (R\$ 37.761 em 2010) oriundos do Orçamento Geral da União, destinados à infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água e saneamento. As liberações desses recursos estão atreladas à aprovação das medições das obras pela Caixa Econômica Federal. Também obteve do Governo do Estado (Secretaria do Meio Ambiente) recursos proveniente do Fundo Estadual

Notas Explicativas

de Recursos Hídricos (FEHIDRO) o valor de R\$ 2.902 (R\$ 1.642 em 2010). A liberação deste recurso está atrelada à aprovação do Cronograma físico-financeiro, planilha de orçamento e medições da obra pelo Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO). Os encerramentos dessas obras e início de suas operações estão previstas no decorrer do exercício de 2012. Segue, abaixo, a descrição dos principais investimentos e as origens dos recursos.

a) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

São destinados a execução de ações relativas ao Programa de Intervenções em favelas (Saneamento Integrado), no Município de Campinas.

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Sistema de esgoto Viracopos	27.893	19.525	Junho de 2012
Subtotal	27.893	19.525	

Com o término das obras do Sistema de esgoto Parque Oziel e início de sua operação, o montante investido de R\$ 9.467 passou a ser apropriado ao resultado a partir de dezembro de 2010 visto que já foi concluída e está em operação.

Obra	2011	2010
Sistema de esgoto Parque Oziel	8.946	9.417
Circulante	470	470
Não Circulante	8.476	8.947

b) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Capivari II.

Destina-se à execução da obra da Estação de Tratamento do Capivari II, na região do Campo Grande

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
ETE Capivari II	73.483	60.432	Maio de 2012
Subtotal	73.483	60.432	

c) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Tem a finalidade de transferir recursos financeiros da União para execução de obras de apoio à melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários, na região do aeroporto de Viracopos, no município de Campinas. Estes recursos começaram a ser apropriados ao resultado a partir de outubro de 2011, tendo em vista que as obras já foram encerradas e está em operação.

Obra	2011	2010
Sistema de água na região de Viracopos	4.022	4.042
Circulante	81	-
Não Circulante	3.941	4.042

d) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ).

Destina-se a transferir recursos financeiros do consórcio PCJ para a execução das obras de substituição de redes de água e esgotamento sanitário em bairros de Campinas.

Notas Explicativas

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Sistema de esgoto Bairro Santa Cândida	3.473	1.575	Março de 2012
Estação de Tratamento de Esgoto San Martim	9.518	1.852	Dezembro de 2012
Estação de Tratamento de Lodo das ETA's III e IV	4.654	2.103	Junho de 2012
Troca de redes de água Liceu - Chapadão	3.616	352	Setembro de 2012
Troca de redes de água Cruzeiro – Jardim Leonor	2.940	386	Setembro de 2012
Subtotal	24.201	6.268	

Os recursos relativos à obra de troca de rede de água do bairro Castelo Branco passaram a ser apropriada ao resultado a partir de março de 2010 visto que já foi concluída e está em operação.

Obra	2011	2010
Troca de rede de água do Bairro Castelo Branco	1.734	1.740
Circulante	36	72
Não Circulante	1.698	1.668

e) Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

Destina-se a transferir recursos financeiros oriundos do Tesouro Estadual, disponibilizados pela Lei Orçamentária Estadual à Secretaria de Meio Ambiente (SMA), em obras de preservação do meio-ambiente.

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Bosque das Palmeiras	4.232	1.063	Março de 2012
Troca de rede de água do Bairro Proença	3.963	2.140	Fevereiro de 2012
Desenvolvimento e implantação de sistemas de informação	550	385	Fevereiro de 2012
Sistema de esgotamento sanitário Santa Bárbara	4.230	1.007	Março de 2012
Desenvolvimento de análise de amostra água bruta	340	127	Dezembro de 2012
Subtotal	13.315	4.722	

f) O recurso do Governo do Estado para a construção da ETE Barão Geraldo, no montante de R\$ 2.416, passou a ser apropriado ao resultado, a partir de setembro de 2009, visto que a obra da ETE foi concluída e já está operando.

Obra	2011	2010
Saldo Subvenção da ETE Barão Geraldo	2.071	2.218
Circulante	146	146
Não Circulante	1.925	2.072

Os valores já investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado em conta contábil de obras em andamento.

Notas Explicativas

Foi também reconhecido no balanço patrimonial, passivo de igual valor, o qual será apropriado ao resultado quando a obra estiver concluída e entrar em operação, em bases lineares proporcionais ao período de depreciação desses investimentos. Em 31 de dezembro de 2011 foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 1.035 (R\$ 256 em 2010), contra outras despesas/receitas operacionais.

21 – CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital social autorizado

A partir de 30 de abril de 2010, conforme determinação da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, a SANASA está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 450.000, correspondentes a 450.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Capital social subscrito e integralizado

O capital social é composto de 320.965.530 ações ordinárias, sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2011 (316.007.708 ações em 31 de dezembro de 2010).

Em Assembleia Geral ocorrida em 29 de abril de 2011, os Acionistas autorizaram a Companhia a aumentar o seu capital social com a utilização de reservas de capital, de lucros e do saldo de atualização monetária de juros sobre o capital próprio. Os recursos para o aumento foram decorrentes da capitalização de R\$ 3.313 da reserva legal de 2010, R\$ 929 do saldo de atualização monetária de juros sobre o capital próprio, R\$ 507 relativos a reserva de lucros retidos para investimentos, e de R\$ 209 da reserva de Correção Especial (Lei nº 8.200/91), realizada em 2011, perfazendo o total de R\$ 4.958.

ACIONISTA	Qtde. de Ação	Participação
PMC	320.938.733	99,991651400%
COHAB	5.358	0,001669300%
EMDEC	5.358	0,001669300%
SETEC	5.358	0,001669300%
LAURO PÉRICLES GONÇALVES	5.358	0,001669300%
OZAI RIZZO	5.358	0,001669300%
ALCIDES YUKIMITSU MAMIZUCA	1	0,000000300%
MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS	1	0,000000300%
PEDRO CLAUDIO DA SILVA	1	0,000000300%
GILTON PACHECO DE LACERDA	1	0,000000300%
FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE	1	0,000000300%
APARECIDA MARIA POLI	1	0,000000300%
TEXANO ROQUE DE OLIVEIRA	1	0,000000300%
TOTAL	320.965.530	100,000000000%

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto da SANASA prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 6% do resultado líquido, ajustado de acordo com a legislação societária.

Abaixo, demonstramos o cálculo da remuneração dos acionistas:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	54.213	58.557
(-) Reserva de incentivos governamentais	(1.036)	(256)
(-) Reserva legal	(2.659)	(2.915)
Base de cálculo dos dividendos	<u>50.518</u>	<u>55.386</u>
Dividendos mínimos (6%)	3.031	3.325
Parcela complementar	16.220	8.862
Total dos dividendos distribuídos	<u>19.251</u>	<u>12.187</u>

c) Lucro por ação Básico e Diluído

O resultado por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, no exercício de 2011 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias, comparativamente com o exercício de 2010, conforme quadro abaixo:

Notas Explicativas

	2011	Básico 2010
Lucro líquido do exercício	54.213	58.557
Média ponderada de ações	319.313	310.412
	<u>0,1698</u>	<u>0,1886</u>
	2011	Diluído 2010
Lucro líquido do exercício	54.213	58.557
Média ponderada de ações	319.313	310.412
	<u>0,1698</u>	<u>0,1886</u>

d) Reservas de lucros

- Reserva Legal**

É constituída com base em 5% do lucro líquido apurada em cada exercício social, nos termos da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

22 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

As informações abaixo representam a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

Descrição	2011	2010
Receita Bruta Fiscal		
Abastecimento de água e saneamento	500.751	476.260
Prestação de serviços	34.869	37.553
Redes de água e esgoto	<u>6.159</u>	<u>7.768</u>
	541.779	521.581
Descontos, Retificações e Devoluções	(42.830)	(40.317)
Contribuições Sobre Vendas e Serviços	<u>(20.466)</u>	<u>(19.668)</u>
Total Receita Líquida de Vendas e Serviços	<u>478.483</u>	<u>461.596</u>

23 – RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2011	2010
Receitas financeiras		
Juros ativos	539	1.544
Juros de mora sobre arrecadações	4.219	14.216
Variações monetárias de arrecadações	2.073	2.118
Rendimentos de aplicações financeiras	3.621	1.854
Variações monetárias sobre aplicações financeiras	-	1.035
Descontos obtidos	185	309
Outras	<u>139</u>	<u>80</u>
Totais das receitas financeiras	<u>10.776</u>	<u>21.156</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(34.331)	(34.348)
Variações monetárias passivas	(6.012)	(7.128)
Juros – encargos sociais e fiscais	(825)	(789)
Descontos concedidos	(2.029)	(3.895)
Despesas de financiamento	(3.814)	(6.064)
Encargos financeiros sobre fornecedores e outros	(211)	(173)
Ajuste a valor presente	<u>3.282</u>	<u>(6.557)</u>
Totais das despesas financeiras	<u>(43.940)</u>	<u>(58.954)</u>
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	<u>(33.164)</u>	<u>(37.798)</u>

Notas Explicativas**24 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS**

Descrição	2011	2010
Outras receitas		
Recuperação de perdas de credores duvidosos	3.647	2.599
Alienação de bens móveis	-	2.016
Subvenções Governamentais	1.036	256
Termos de autorização de uso	1.814	1.841
Sem par conta corrente	1.619	993
Multas contratuais	606	364
Outros	332	509
Totais outras receitas	9.054	8.578
Outras despesas		
Resultado na baixa de imobilizado	(35)	(247)
Totais das outras despesas	(35)	(247)
TOTAL OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	9.019	8.331

25 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**Demonstração dos impostos e contribuições a recolher.**

	Tributos	
	2011	2010
Obrigações Fiscais Federais		
Imposto de renda	2.565	2.565
Contribuição social	1.570	1.042
Cofins	5.277	4.970
Pasep	1.145	1.078
Imposto de renda retido na fonte	2.263	1.986
Cofins parcelado	4.016	5.071
Pasep parcelado	872	1.101
Imposto de renda parcelado	-	-
Contribuição social parcelado	1.127	1.495
Outros	232	206
Imposto territorial rural parcelado	-	-
Total	19.067	19.514
Obrigações Fiscais Municipais		
ISS sobre serviços de terceiros	235	510
FUNDAP	417	394
Total	652	904
Total Obrigações Fiscais	19.719	20.418
Circulante	15.971	14.836
Não circulante	3.748	5.582

A Administração da SANASA provisiona as parcelas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e seus valores registrados nos exercícios de 2011 e, 2010 estão apresentados a seguir:

Demonstração da conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado:

Notas Explicativas

	2011		2010	
	Imposto de Renda (*)	Contribuição social	Imposto de Renda	Contribuição social
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes:				
Lucro antes dos impostos	-	58.315	-	60.814
Juros sobre capital próprio	-	(19.260)	-	(19.500)
	-	39.055	-	41.314
Alíquota dos tributos	25%	9%	25%	9%
Impostos calculados à alíquota nominal	-	3.514	-	3.718
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:				
Permanentes (doações e outras)	-	74	-	301
Reserva especial realizada	-	5	-	7
Temporárias	-	393	-	747
Subvenções para investimentos	-	-	-	-
Parcela do lucro de órgãos públicos	-	622	-	(1.402)
Parcela isenta do adicional	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-
Provisão de CSLL apurado a maior	-	-	-	-
	-	4.608	-	3.371
CSLL – Depósito Judicial	-	(20)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:				
Constituição de imposto de renda diferido	-	-	-	-
Reversão de Imposto de renda diferido	-	-	-	-
Provisão de imposto de renda diferido	-	-	-	-
Constituição de contribuição social diferida	-	735	-	(1.114)
Reversão de contribuição social diferida	-	(1.221)	-	-
	-	4.102	-	2.257

Obs:

(*) O imposto de renda foi calculado apenas sobre o lucro apurado até fevereiro de 2009 em virtude do processo da imunidade tributária obtida através do Agravo de Instrumento emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

26 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia não tem política para contratação de seguros em função das características de suas operações serem multilocalizadas. Alguns ativos da Companhia, como veículos da frota, máquinas operatrizes e alguns equipamentos mantidos em certos canteiros de obra, contam com seguros contra eventuais sinistros.

27 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Classificação dos Instrumentos Financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31 de Dezembro de 2011			
	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	3.710	-	-	3.710
Aplicações financeiras	28.080	-	-	28.080
Contas a receber de clientes	-	128.905	-	128.905
Outras contas a receber	-	-	-	-
Passivo				
Financiamentos	-	-	225.099	225.099
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	58.872	58.872
Fornecedores	-	-	24.305	24.305
Total	31.790	128.905	308.276	468.971

Notas Explicativas

31 de Dezembro de 2010				
	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	2.478	-	-	2.478
Aplicações financeiras	23.152	-	-	23.152
Contas a receber de clientes	-	135.648	-	135.648
Outras contas a receber	-	-	-	-
Passivo				
Financiamentos	-	-	251.269	251.269
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	59.930	59.930
Fornecedores	-	-	29.666	29.666
Total	25.630	135.648	340.865	502.143

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 para os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, que abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já para o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia. O valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação, nº 27A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

31 de Dezembro de 2011				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	3.710	-	3.710
Aplicações financeiras	-	28.080	-	28.080
Total	-	31.790	-	31.790

31 de Dezembro de 2010				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	2.478	-	2.478
Aplicações financeiras	-	23.152	-	23.152
Total	-	25.630	-	25.630

As operações da SANASA estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições

Notas Explicativas

financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a SANASA adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 19.535, (com as maiores incidências nas categorias: a) residencial das ligações coletivas de núcleos residenciais e favelas em 40,5% e b) na categoria comercial com os hospitais em 23,2%) representando 13,2% do saldo de contas a receber em aberto. Já em 31 de dezembro de 2010, esta provisão era de R\$ 15.112, equivalentes a 10%. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas.

Risco de liquidez

Decorre da administração do capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a SANASA monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, e financiamentos.

O quadro abaixo representa o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimentos, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 4 e 5 anos	Acima de 5 anos
Financiamentos	20.202	21.354	13.983	8.351	2.866	12.246
Empréstimos	11.842	10.175	31.993	29.243	27.193	31.314
Finame	1.815	1.491	749	170	112	-
Total	33.859	33.020	46.725	37.764	30.171	43.560

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Sanasa está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos. Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Nos quadros abaixo são considerados três cenários de taxas de juros com os respectivos impactos nos resultados. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Além desse cenário a CVM, através da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/201	Cenários					
				Provável		Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos financeiros ativos	28.081	variação CDB/CDI	11,53	10,82	3.033	13,53	3.733	16,23	4.558
Instrumentos financeiros passivos	(79.002)	variação do TR	1,21	0,33	(3.715)	1,24	(3.335)	1,43	(10.155)
Instrumentos financeiros passivos	(51.822)	variação do INPC	6,08	5,35	(7.687)	6,63	(8.443)	8,03	(9.200)
Instrumentos financeiros passivos	(4.337)	variação do TJLP	6,00	6,00	(595)	7,50	(662)	9,00	(736)
Instrumentos financeiros passivos	(102.475)	variação do CDI	11,53	10,82	(15.574)	13,53	(18.453)	16,23	(21.334)
Total	(209.555)	***	***	***	(30.532)	***	(33.700)	***	(36.867)

Notas Explicativas

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – depreciação das taxas									
Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/201	Cenários					
				Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				ℳ	Valor	ℳ	Valor	ℳ	Valor
Instrumentos financeiros ativos	28.081	variação CDB/CDI	11,53	10,82	3.033	8,12	2.280	5,41	1.513
Instrumentos financeiros passivos	(73.002)	variação da TR	1,21	0,33	(3.715)	0,74	(3.436)	0,50	(3.284)
Instrumentos financeiros passivos	(51.822)	variação do INPC	6,08	5,35	(7.687)	4,01	(6.323)	2,68	(6.173)
Instrumentos financeiros passivos	(4.337)	variação da TJLP	6,00	6,00	(535)	4,50	(523)	3,00	(457)
Instrumentos financeiros passivos	(102.475)	variação do CDI	11,53	10,82	(15.574)	8,12	(12.684)	5,41	(9.738)
Total	(203.555)	***	***	***	(30.532)	***	(27.352)	***	(24.193)

Fonte:
 CDI / INPC – Banco Central do Brasil
 TR / TJLP – Fontes internas da Companhia e externas de mercado

28 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Pagamento da Prefeitura Municipal de Campinas

Em janeiro de 2012 a Prefeitura Municipal de Campinas quitou faturas atrasadas de água e esgoto de suas Secretarias, no montante de R\$ 9.815.

b) Liquidação de empréstimos do banco Paulista

Em 29 de fevereiro de 2012 foram quitados seis contratos de empréstimos com o Banco Paulista, no total de R\$ 10.761, sendo: **a)** R\$ 10.233, referente ao valor de principal; **b)** R\$ 454, relativos a juros passivos e **c)** R\$ 74, com tarifa de liquidação. Através dessa operação a Companhia obterá uma economia com despesas financeiras, no exercício de 2012, na ordem de R\$ 1.040.

c) Acordo de processo trabalhista

No dia 06 de março de 2012 a Companhia firmou acordo com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto de Campinas, Atibaia e Região (SINDAE), referente ao processo nº 0066100-71.2004.5.15.0092, de maio de 2004, no qual o Sindicato postulou reclamação trabalhista de adicional de periculosidade ou insalubridade aos empregados lotados no Setor de Operação de Água. Para por fim ao objeto da ação, a Companhia pagará ao SINDAE R\$ 2.073, em três parcelas iguais e sucessivas no importe de R\$ 691, com vencimentos nos dias 15 de março de 2012, 06 de abril de 2012 e 06 de maio de 2012. A Companhia deverá também efetuar os recolhimentos do FGTS dos empregados desligados, no montante de R\$ 66.

Notas Explicativas

DIRETORIA EXECUTIVA

Marco Antônio dos Santos
Diretor Presidente

Pedro Claudio da Silva
Diretor Administrativo-financeiro e de Relações com
Investidores

Augusto Carlos Vilhena Neto
Diretor Técnico

Rogério Stracialano Parada
Diretor Comercial

Antonio Moreira Franco Jr.
Gerente de Controladoria

Jean Carlos Pereira
Coordenador do Setor de Contabilidade
Societária
Contador – 1SP180441/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da

Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. - SANASA

Campinas - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 09 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Jean Paraskevopoulos Neto

Contador CRC 1SP193052/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras que lhe foram apresentadas, elaboradas de acordo com a legislação vigente, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 e seu comparativo com o exercício social de 2010, compostas pelo Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes, datado de 09 de março de 2012, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal entende que tais documentos e a proposta de destinação do lucro líquido, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Acionistas da Sociedade, em Assembleia Geral Ordinária.

Campinas, 23 de março de 2012.

ANDRÉ LAUBENSTEIN PEREIRA

JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA

DAGILDO DE JESUS RODRIGUES

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.19.855/0001-37, declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da SANASA do exercício social indo em 31 de dezembro de 2011.

Campinas, 23 de março de 2012.

Marco Antônio dos Santos
Diretor Presidente

Augusto Carlos Vilhena Neto
Diretor Técnico

Rogério Stracialano Parada
Diretor Comercial

Pedro Cláudio da Silva
Diretor Administrativo-financeiro e de Relações Com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA-Campinas), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.19.855/0001-37, declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da SANASA do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Campinas, 23 de março de 2012.

Marco Antônio dos Santos
Diretor Presidente

Augusto Carlos Vilhena Neto
Diretor Técnico

Rogério Stracialano Parada
Diretor Comercial

Pedro Cláudio da Silva
Diretor Administrativo-financeiro e de Relações Com Investidores